

**DESAFIOS FEMINISTAS  
PARA ENFRENTAR O CONFLITO  
DO CAPITAL CONTRA A VIDA  
NÓS MULHERES SEGUIMOS EM LUTA!**



# DESAFIOS FEMINISTAS PARA ENFRENTAR O CONFLITO DO CAPITAL CONTRA A VIDA



**NÓS MULHERES SEGUIMOS EM LUTA!**



sof  
SEMPREVIVA  
ORGANIZAÇÃO  
FEMINISTA

São Paulo, 2017

**Desafios feministas para enfrentar o conflito do capital contra a vida –  
nós mulheres seguimos em luta!**

Publicação da SOF Sempre Viva Organização Feminista e da Marcha Mundial das Mulheres

**Organização**

Nalu Faria e Renata Moreno

**Textos**

Marcha Mundial das Mulheres, Clarisse Paradis, Natalia Carrau e Viviana Barreto

**Tradução**

Maria Fernanda Marcelino e Mauro Ramos

**Foto da capa**

Elaine Campos

**Projeto gráfico e diagramação**

Caco Bisol

**Tiragem**

1.500 exemplares

**Impressão**

Pigma

**Parceria**

REDES-Amigos da Terra Uruguai

**Apoio para esta publicação**

Fundação Heinrich Boll Cone Sul

Esta obra foi licenciada com uma Licença  *Creative Commons – Atribuição –  
Uso Não Comercial – Partilha nos Mesmos Termos 4.0 Internacional.*

**SOF Sempre Viva Organização Feministas**

Rua Ministro Costa e Silva, 36

Pinheiros – São Paulo/SP

CEP 05417-080

(11) 38193876

[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

[sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)

São Paulo, setembro de 2017

## SUMÁRIO

### **5** APRESENTAÇÃO

### **13** AS MULHERES RESISTEM! Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora

### **23** A RESISTÊNCIA FEMINISTA CONTRA O LIVRE COMÉRCIO E a luta das mulheres pela autonomia sobre o corpo, trabalho e território *Clarisse Paradis, Natália Carrau e Viviana Barreto*



# APRESENTAÇÃO

A presença massiva das mulheres nas lutas populares, a visibilidade e a força da agenda feminista são marcas do período recente das resistências e mobilizações em todo o continente. Nas lutas feministas por justiça, igualdade e liberdade as exigências de fim do patriarcado, do racismo e do capitalismo são imbricadas, a partir de uma visão crítica do colonialismo e da heteronormatividade.

A ofensiva neoliberal que enfrentamos hoje em todo o continente é uma reação a um período de mudanças e a ampliação de direitos. É uma ofensiva extremamente violenta, que ataca os corpos, os territórios e as condições de produção do viver. Ataca, ao mesmo tempo, a democracia e dá um novo impulso aos processos de espoliação, mercantilização e militarização. O resultado é a ampliação do alcance do controle e domínio das elites detentoras do poder econômico sobre a vida dos povos.

Essa ofensiva coloca para os movimentos sociais e forças políticas da esquerda em geral, anticapitalista em particular, o desafio de construir outro patamar de rearticulação, processos organizativos, ações e lutas concretas.

A Marcha Mundial das Mulheres é ativa nesses processos de construção de alianças e lutas comuns. A luta contra o neoliberalismo é central em nossa agenda, e combina a resistência ao poder das empresas transnacionais, às políticas de ajuste, a militarização e os acordos de livre comércio. Esses enfrentamentos são indissociáveis da luta pela democracia, autodeterminação, integração e soberania dos povos. Todas essas são lutas feministas.

Desde o nosso feminismo, frente aos desmontes tão velozes de políticas e direitos, insistimos em partir dos nossos acúmulos políticos e teóricos. A reafirmação desse acúmulos é também uma resposta a novas explicações e

tendências ganham tanta repercussão, em análises muitas vezes descoladas das práticas concretas de luta e da construção de sujeitos coletivos em movimento. Sabemos que nestes tempos tão complexos, não existem respostas prontas, e apostamos que as práticas apontam os caminhos, os limites e contradições que devem ser enfrentadas também na esquerda.

As experiências políticas e econômicas construídas pelas mulheres em todo o continente são parte essencial desse acúmulo, e são estas que resistem permanentemente nos territórios, contrapondo a lógica da vida à do capital. Na construção cotidiana da auto-organização, da agroecologia, da comunicação e da economia feminista e solidária; de estratégias para garantir as condições de sobrevivência e para construir autonomia sobre o corpo, a sexualidade que desafia a heteronormatividade e uma vida livre de violência racista e patriarcal, as mulheres expandem as fronteiras do possível, enfrentam as contradições, constroem as condições para transformar concretamente suas vidas, ao passo que exercitam e apontam os caminhos de mudança do modelo.

Desde aí, queremos levantar questões que nos parecem centrais na resistência ao neoliberalismo hoje:

### **1. O conflito entre o capital e a vida se agudiza.**

O feminismo revela que as pessoas necessitam de uma enorme quantidade de trabalho, energia e cuidado ao longo de toda a sua vida. Somos interdependentes como pessoas, e também somos ecodependentes na relação com a natureza.

O conflito entre o capital e a vida ataca as relações, processos e trabalhos que sustentam a vida a cada dia, e que, em sua maioria, estão sob responsabilidade das mulheres.

Esses ataques generalizam a precariedade da vida, e tornam algumas vidas descartáveis para esse sistema.

São muitos os exemplos que expressam esse conflito hoje, desde a mercantilização e privatização dos serviços públicos, em particular da saúde, os ataques a aposentadoria e o empobrecimento dos e das idosos ampliam as necessidades de cuidado a serem satisfeitas pelas mulheres nas famílias. Junto a isso, o genocídio da juventude negra, a guerra às drogas

que é uma guerra aos pobres, os conflitos em países como a República Democrática do Congo motivados pelas riquezas naturais, as mortes dos migrantes e refugiados desesperados nos barcos inseguros e superlotados, o tráfico de pessoas e a exploração sexual, a violência contra a população LGBT e os feminicídios, compõem o caráter extremamente violento desse momento histórico.

A onda conservadora delinea uma reação patriarcal contra o corpo e a vida das mulheres, reforçando o ataque à soberania dos povos. As mulheres em todo o continente reagem à violência e ao controle do corpo afirmando: nenhuma a menos, vivas e livres nos queremos! Ao questionar a violência como instrumento estruturante desse modelo, o feminismo anticapitalista e antirracista questiona ao mesmo tempo a violência do capital e do Estado, militarizada, sobre a população pobre, negra e indígena. Questiona a ampliação do poder da polícia, o encarceramento massivo da população negra e pobre. Questiona a justiça seletiva, racista e patriarcal, que protege os privilégios e criminaliza a pobreza e quem enfrenta esse sistema.

Para compreender a dinâmica sistêmica desse conflito não podemos reduzir nem fragmentar as análises.

## **2. A centralidade do trabalho na garantia das condições de vida.**

Na reflexão feminista sobre a exploração do trabalho e suas reconfigurações, o trabalho não é reduzido ao emprego, assim como a exploração não se mede pelo salário. O trabalho é entendido como o conjunto das tarefas necessárias para a produção do viver. As relações sociais, os tempos de trabalho, o controle e disciplinamento do corpo como máquina de trabalho adquirem centralidade nessa reflexão.

No Brasil, a reforma trabalhista aprovada pelos golpistas não apenas retrocede às condições de trabalho de antes da CLT, mas anuncia como as elites empresariais querem que seja o próximo período de acumulação. Ao invés de ampliar a garantia dos direitos trabalhistas, a superexploração é regulamentada e a realidade do trabalho precário vivida há tempos pelas mulheres e a população negra se generaliza e vira a norma. O trabalho a domicílio de mulheres, por exemplo, nas indústrias de confecção, marca-



do por jornadas super extensas e ausências de direitos. Condições que são suportadas por pessoas que, em sua maioria, vivem suas vidas em situação de extrema precariedade, sem direito a moradia, com a responsabilidade de cuidar dos filhos e da família sem apoio, no caso de imigrantes, agravado pela negação de sua cidadania. Na ausência do compartilhamento da responsabilidade do cuidado com os homens e o Estado, o trabalho doméstico, e cada vez mais, de cuidado de pessoas idosas e doentes, realizado no âmbito doméstico em sua maioria por mulheres pobres e negras, segue a mesma lógica de jornadas super extensas e ausência de direitos.

A divisão sexual do trabalho permanece operando, mantendo a separação e hierarquização entre o trabalho das mulheres e dos homens, especialmente no trabalho doméstico e de cuidados, mas também na produção. Ao mesmo tempo, as relações sociais de raça e de classe operam as desigualdades entre as mulheres, algumas com possibilidade de delegar este trabalho para outras, mal remuneradas e sem direitos. Hoje tem sido frequente nos debates feministas a reflexão em termos de interseccionalidade, consubstancialidade ou imbricação das relações sociais de classe, raça e sexo. Desde a nossa perspectiva, olhar para o conjunto do trabalho necessário para a sustentabilidade da vida nos permite compreender melhor as imbricações dessas relações sociais. Isso porque amplia o debate para além das representações, e permite questionar o conjunto das dinâmicas geradoras das desigualdades. Quando o feminismo não é constitutivamente antipatriarcal, anti-racista e anticapitalista, suas reivindicações não apenas invisibilizam a maioria das mulheres, mas também são incorporadas as custas dessa maioria, ampliando a exploração sobre elas.

O tempo dessas pessoas é absorvido para a produção de lucros de empresas, e para garantir as condições de vida de quem paga. Assim, o trabalho sem direitos e as jornadas super-extensas, são realidades das pontas das cadeias globais de produção, capitaneadas pelas empresas transnacionais que deslocam a produção para onde é mais interessante para seus lucros, onde não pagam impostos e operam a corrupção. Com os acordos de investimento, buscam a proteção de seus lucros, em detrimento da garantia e proteção da vida, dos direitos e do trabalho das pessoas.

3. O mercado, na figura das empresas transnacionais, incorpora elementos dos discursos das lutas, de forma fragmentada e esvaaziando seus conteúdos, as vezes de forma sutil, as vezes de forma explícita.

As lutas ecologistas são exemplares desse movimento. Em territórios ricos em biodiversidade, os povos a defendem a partir de práticas de convivência harmoniosa com a natureza. Mas o discurso da sustentabilidade foi incorporado pelo mesmo mercado que destrói a natureza. A mercantilização e financeirização da natureza fazem parte do processo de acumulação, e tem significado mais espoliação, pobreza, concentração e controle de terras.

Desde as resistências feministas, se escancaram as formas perversas pelas quais esse modelo se sustenta sobre o trabalho cotidiano das mulheres, e ao mesmo tempo, oculta sua centralidade para que a vida seja possível e se sustente a cada dia.

Esse ocultamento é um processo permanente e ativo, que por vezes lança mão do reforço de ideologias conservadoras sobre a feminilidade, de reforço da maternidade, “das belas, recatadas e do lar” e, por outras, reforça a visão de que as mulheres podem dar conta de tudo, conciliar “suas” responsabilidades com a família, com o trabalho remunerado, sempre cuidando dos outros e de sua aparência. Hoje vemos uma combinação dessas exigências que gera mais pressões e expectativas sobre as mulheres, e que deixam intocadas as bases materiais que sustentam, criam e recriam as desigualdades.

Assistimos a uma inusitada incorporação de discursos feministas por setores da elite que, em momento nenhum, entram em contradição com o processo de acumulação. Por isso, questionamos enunciados feministas que reforçam o individualismo e a meritocracia, que negam e ocultam as interdependências que garantem a sustentabilidade da vida, despolitizam e reduzem o sentido de autonomia e igualdade, mantêm intocadas as bases materiais que sustentam as desigualdades desse sistema.

O feminismo sempre lutou pelo reconhecimento do trabalho de cuidado, mas também pela sua redistribuição e por um novo equilíbrio entre produção e reprodução que coloque a vida e as pessoas – e não o

lucro – como objetivo da economia. E mais, que coloque a economia a serviço da vida.

O que temos visto é que o mercado, quando convém, continua incorporando habilidades aprendidas pelas mulheres na socialização pelo trabalho doméstico e de cuidado, mas sem reconhecer que tratam-se de qualificações aprendidas socialmente e não atributos naturais das mulheres.

O cuidado é a construção de relações, um processo permanente que exige disponibilidade e atenção. Em algumas profissões valorizadas, se exige essa capacidade de perceber o todo, de se antecipar às demandas, construir estabilidade e harmonia nas relações. Hoje se exige que os trabalhadores e trabalhadoras estejam sempre disponíveis para o trabalho.

#### **4. Construir lutas em torno das disputas da tecnologia é um desafio para os movimentos sociais.**

As tecnologias da informação e comunicação permeiam cada vez mais a nossa vida, e a mercantilização se expande para além do que parecia possível, e para além do que é visível e perceptível pela maioria da população. Mas a opacidade das tecnologias dificulta a análise e a ação política em torno delas.

Os softwares são cada vez mais presentes nas nossas vidas, mas não sabemos como eles funcionam. Da mesma forma que o trabalho doméstico só é visível quando não é feito, só nos damos conta de que os softwares estão ali funcionando quando eles falham.

A ampliação das possibilidades de comunicação foi nos anos 1990 apontada como um bom fruto da globalização. Um dos riscos desse debate sobre as tecnologias digitais é justamente a volta de debates em torno de “impactos positivos e negativos” do modelo. É preciso se debruçar sobre a questão da tecnologia buscando entender o todo, ou seja: não fazemos apenas política na internet, mas há também uma política da internet, relacionada com a disputa em torno das tecnologias e das infraestruturas que as tornam possíveis.

Hoje o lucro das grandes empresas de tecnologia vem da nossa vida, das nossas relações, do que curtimos e compartilhamos, das redes que estabelecemos. Os rastros que deixamos ao estar em um lugar com o

celular, ao fazer uma busca no Google, ver um vídeo no YouTube, nas trocas de e-mail e mensagens no Facebook e Whatsapp, e aplicativos de internet: tudo isso produz dados valiosos para as empresas. Mesmo quem não usa a internet e as redes sociais proprietárias, mas utiliza serviços no cotidiano é cada vez mais parte disso. “Voluntariamente” ou não, colocamos nossa vida na rede e os rastros deixados são os dados que geram lucros para as grandes empresas. Não é a toa que uma das principais privatizações na cidade de São Paulo é a do bilhete único. Interessa para as empresas os dados da mobilidade de milhões de pessoas na cidade.

Dizem que tudo fica na nuvem, mas “a nuvem” tem um território físico, servidores que estão em lugares concretos, conectados por cabos que tem donos. Por mais que esse pareça um assunto novo, podemos ver semelhanças na lógica de acumulação. A vigilância massiva é a regra, que se alinha com a criminalização e o controle, com subjetividades e comportamentos que vão se moldando a partir dos usos das tecnologias digitais.

A Organização Mundial do Comércio (OMC), na tentativa de retomar sua relevância, coloca esse tema com centralidade em suas negociações, nomeando como comércio eletrônico. Esse item também está presente nos acordos comerciais de nova geração. Ao mesmo tempo, os acordos seguem tendo interesses na agricultura, nos serviços, buscando estabelecer regras de controle e domínio das empresas sobre a vida. O que os acordos reduzem ao chamar de comércio eletrônico, na verdade, envolve a privacidade das pessoas, as possibilidades de criar tecnologias livres que rompam com a lógica proprietária, a neutralidade da rede, a liberdade de organização e construção de lutas.

Tanto o discurso de que não há alternativa nesse tema das tecnologias, ou de que as tecnologias digitais facilitam nossas vidas são fáceis e arriscados. Mais uma vez, vemos as condições de possibilidade da vida serem ocultadas nesse modelo. Como se as empresas que mais lucram hoje não precisassem de energia, de minérios, de trabalho material, e da vida e do movimento das pessoas pra sustentar e produzir esse lucro. Os processos que sustentam a vida são ocultados, e mais uma vez considerados externalidades desse modelo.

O desenvolvimento tecnológico é acelerado, mas se queremos politizar essa discussão e integrá-la a nossa resistência ao neoliberalismo, não podemos dissociá-la das condições de vida concreta das pessoas. O enfrentamento dos povos ao agronegócio e ao controle dos territórios, para manter a agricultura fora dos acordos comerciais, comprova que a agricultura camponesa e agroecológica são efetivas para alimentar o mundo transformar o modelo. Essas são referências importantes de disputas tecnológicas que os povos – e as mulheres – sabem fazer.

Por isso, na SOF temos refletido sobre as tecnologias digitais buscando a convergência entre as práticas agroecológicas, solidárias, o software livre e a criptografia. Frente a expansão da mercantilização e da lógica proprietária, queremos ampliar os comuns, nos processos que sustentam a vida e em todos os territórios onde a vida se realiza.



Os textos reunidos nessa publicação pretendem atualizar nossa visão sobre o neoliberalismo e dar pistas para a construção de lutas feministas.

O primeiro deles é um texto político sobre a resistência das mulheres à onda conservadora e à contraofensiva neoliberal. Ele foi produzido para um material da Marcha Mundial das Mulheres como parte da nossa contribuição para o processo da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo.

O segundo texto também foi produzido nesse contexto, a partir de um esforço coletivo de elaboração que teve como objetivo refletir sobre as dinâmicas atuais do neoliberalismo e, particularmente, sobre as propostas de acordos de comércio e investimentos. O texto é de Clarisse Paradis, militante da MMM no Brasil, de Viviana Barreto e Natalia Carrau, integrantes de REDES-Amigos da Terra Uruguai, organização com a qual compartilhamos processos de lutas anticapitalistas pautados pelo feminismo e pela justiça ambiental.

Compartilhando nossos debates e reflexões, queremos contribuir para que o feminismo se fortaleça como um dos pilares dos processos atuais de construção de alianças na luta pela democracia e contra o neoliberalismo.

# AS MULHERES RESISTEM!

Desafios para o feminismo em tempos de ofensiva conservadora<sup>1</sup>

O conservadorismo que ataca os corpos, os desejos e a vida das mulheres é um dos aliados mais estratégicos do capitalismo neoliberal.

Há pouco mais de 10 anos, a larga luta dos povos contra a ALCA e o livre comércio confrontou o neoliberalismo, e isso foi fundamental para os avanços na conquista de direitos e para as melhorias nas condições de vida da população. Houve um processo de retomada do papel do Estado na orientação da economia em diversos países, e com isso também se deram disputas sobre os sentidos públicos do Estado. Foram colocados em marcha processos de integração regional e de busca de soberania da América Latina.

Na Marcha Mundial das Mulheres, atuamos reconhecendo os avanços, mas também denunciando as contradições e muitas vezes os retrocessos que vivemos. Por exemplo, a dificuldade de enfrentar o conservadorismo e avançar na legalização do aborto, mesmo nos países governados por projetos progressistas e transformadores. Ou a conciliação com os interesses de empresas transnacionais do extrativismo e do agronegócio.

**Hoje nós mulheres resistimos**, nas ruas, à ofensiva conservadora que ganha força na maioria dos nossos países. Diferente dos anos 1990, o neoliberalismo não tem hegemonia e precisa atacar a democracia para implementar a sua agenda. Isso ficou evidente no Brasil. O golpe colocou em marcha uma agenda de privatizações, de retomada de negociações de livre comércio, de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais e

---

1. Documento publicado pela Marcha Mundial das Mulheres em outubro de 2016.

de mais ajustes que desmontam a garantia de direitos e os serviços públicos. Enfrentamos essa nova ofensiva conservadora desde outro patamar de lutas, resistências e de forças organizadas.

Nos anos 2000, mudar o mundo e mudar a vida das mulheres, em um só movimento, foi a visão que orientou nossos posicionamentos e mobilizações. As mulheres colocaram o feminismo no centro das lutas contra o neoliberalismo e o livre comércio: se posicionaram no debate econômico e impulsionaram uma luta articulada contra a mercantilização do corpo e da vida das mulheres. Essa luta se baseou na auto-organização, na retomada da mobilização das ruas, em práticas feministas de ocupação de espaços públicos e nas alianças com os movimentos sociais.

Toda a luta contra a ALCA, o neoliberalismo e o livre comércio impulsionou a construção de uma força comum, auto-organizada, articulada desde o âmbito local, passando pelo regional e internacional. Essa é uma marca da recomposição de um campo feminista e anticapitalista que segue em ampliação.

Somos feministas, camponesas, sindicalistas, negras, estudantes, lésbicas e diversas mulheres que enfrentamos todos os dias a violência e a dominação do capitalismo patriarcal e racista.

### As bases da nossa resistência

Muito da nossa luta de hoje tem a ver com o enfrentamento ao neoliberalismo, com o que aprendemos e construímos juntas, teórica e politicamente. Alguns acúmulos políticos que formam a base da nossa resistência hoje são:

- ◆ A economia é muito mais do que o comércio, do que o mercado e os números que demonstram o crescimento ou a crise do sistema. A economia combina os processos e relações que garantem a reprodução e a produção. Uma estratégia do capitalismo patriarcal é ocultar os vínculos entre estes processos, e desconher todo o trabalho – remunerado ou não – que garante a sustentabilidade da vida.
- ◆ Por isso, não basta uma visão de que as mulheres são apenas impactadas de forma diferente pelo capitalismo. As mulheres são consideradas disponíveis aos homens e ao sistema, pelo controle do seu corpo e

de seu trabalho. A vida de todas as pessoas só é sustentada com a sobrecarga do trabalho não remunerado que as mulheres realizam todos os dias. O trabalho doméstico e de cuidados continua sendo usado como variável de ajuste nesse modelo.

- ◆ A expansão do capital sobre os territórios expressa que capitalismo, racismo e patriarcado formam um modelo entrelaçado, de múltiplas dominações. Quando as empresas se apropriam da natureza impedem o acesso das mulheres aos bens comuns do território que vivem. A violência e o racismo são instrumentos das empresas na conquista dos territórios e na exploração do trabalho.
- ◆ O feminismo anti-sistêmico enfrenta a lesbofobia e o racismo no cotidiano e nas práticas políticas para construir um projeto de sociedade baseado na justiça, na igualdade e na solidariedade. Essa é uma luta permanente e longa, e exige a compreensão de que construir a igualdade e liberdade pra todas, temos que enfrentar as bases desse sistema capitalista, patriarcal e racista. Isso só é possível com a força dos povos organizados, dos povos em luta.
- ◆ Quando dizemos NÃO ao projeto de dominação neoliberal, abrimos os caminhos para a construção das nossas propostas, baseadas nos princípios de harmonia com a natureza, solidariedade, coletividade, complementariedade e redistribuição.
- ◆ A transformação que queremos tem como eixo a soberania e a auto-determinação dos povos, e a igualdade como princípio. A soberania alimentar e a agroecologia são estratégicas.

### Os mecanismos de acumulação capitalista

O capitalismo se reestrutura permanentemente usando os mesmos mecanismos violentos de acumulação que estavam em sua origem: a apropriação das terras e da natureza, a exploração do trabalho, o controle sobre o corpo das mulheres; a violência e o poder militar. O racismo, que marcou o colonialismo nas nossas sociedades, se intensifica.

É essa a lógica de expansão do mercado para todas as dimensões da nossa vida. Quando falamos sobre o mercado, não estamos falando de algo abstrato. Os principais atores do mercado capitalista hoje são as em-



presas transnacionais. E os seus representantes políticos nos Estados e nas Nações Unidas (ONU).

O mercado financeiro cria bolhas de especulação e mascara que a riqueza é produzida pelo trabalho, e que mesmo as tecnologias mais avançadas impactam os territórios de onde extraem os minérios para sua produção.

As empresas organizam a produção e toda a cadeia de valor de forma distribuída pelo mundo e querem estar onde o trabalho tem menos custo. Sabemos que o trabalho só pode ter menos custo se as pessoas que trabalham não tem direitos garantidos, enfrentam uma longa jornada de trabalho e recebem salários baixos. Essa já é a realidade de grande parte das mulheres, da população negra e imigrante, inclusive nos países do norte. As transnacionais contam com a impunidade: violam os direitos humanos, contaminam a natureza e os nossos corpos, e seguem impunes. Elas mudam de nome e mudam de marca, e deslocam o lugar de sua produção, conforme seja melhor para seus lucros.

### **As transnacionais contaminam nossos corpos e territórios**

As empresas transnacionais concentram cada vez mais riqueza e poder, e espalham destruição da natureza, violência e expulsão dos povos do lugar onde sempre viveram. Grandes grupos econômicos controlam as cadeias de valor, desde a extração de matérias-primas, até produção e a distribuição de mercadorias e serviços.

A recente compra da Monsanto pela Bayer é uma expressão das estratégias das empresas de atuar em cada vez mais setores, ampliando seu controle sobre os processos da vida.

As transnacionais do agronegócio, que produzem venenos e contaminam nossos corpos diretamente pela pulverização, por meio dos transgênicos e dos alimentos envenenados, também produzem os remédios para as doenças que elas mesmas causam! As transnacionais que dominam a indústria mundial da alimentação, controlam desde as sementes até a comercialização dos alimentos processados.

O agronegócio também se aproveita da divisão sexual do trabalho. Nos monocultivos de banana no Brasil, as empresas contratam mulheres por salários 30% mais baixos com a tarefa de introduzir agrotóxicos na

plantação utilizando seringas. Se aproveitam da ideia de que as mulheres são mais habilidosas e as expõem ao *Furadan*, substância que já foi banida em países da União Europeia e no Canadá.

A mesma lógica de contaminação acompanha a mineração, contra as quais mulheres e homens estão lutando em todo o continente. O uso de componentes químicos e explosivos para a extração mineral tem causado sérios problemas de saúde nas comunidades. A pulverização dos agrotóxicos afronta a auto-determinação das comunidades que produzem com práticas agroecológicas. A mineração disputa com as comunidades o uso da água, altera o curso de rios e contamina a água de forma que, em muitos rios não há mais vida possível. Por isso em nossa luta articulamos as práticas concretas com a luta política pela transformação integral deste modelo.

### **O mundo não é uma mercadoria !**

#### **As mulheres também não !**

Não queremos viver nossa vida mediada pelo mercado e seguindo suas regras porque não somos mercadorias. O controle do corpo e da sexualidade das mulheres é um dos pilares de sustentação do patriarcado.

As imposições racistas e patriarcais sobre nossos corpos, aparência e comportamento nos torna as mulheres sempre incompletas, inseguras. É como se nosso corpo precisasse ser corrigido e melhorado para se adequar às exigências da sociedade machista em geral, e dos homens em particular.

As farmácias vendem livremente medicamentos de laboratórios transnacionais que prometem alívio imediato para as dores físicas e psicológicas, desde dores de cabeça, musculares, até a ansiedade, a depressão, além dos remédios pra emagrecer. Mas enquanto os remédios são vendidos como soluções mágicas, as causas do mal estar ficam sem questionamento. As mulheres seguem submetidas a um cotidiano de ritmos intensos de trabalho pago e não pago, com julgamentos e desqualificações permanentes. As transnacionais de cosméticos e as farmacêuticas lucram com o mal estar das mulheres. Juntas, a biomedicina, as transnacionais, o machismo e o poder médico vendem ilusões de bem-estar e felicidade enquanto invadem o corpo das mulheres e negam sua autonomia.

---

A pilula anticoncepcional é receitada para quase todas as mulheres e meninas, cada vez mais novas, e em um atendimento que desconsidera as mulheres lésbicas, um atendimento heteronormativo. A propaganda da pilula e outros hormônios, como os implantes, não tem como foco sua função contraceptiva: dizem que é bom pra pele, que acaba com as cólicas, que “regula o humor”. São vendidos como medicamentos seguros, mas, na verdade, aumentam os riscos de doenças, como demonstram as inúmeras denúncias de mulheres que tiveram casos de trombose. O uso de anticoncepcionais hormonais desresponsabilizam os homens de usar camisinha, que além de ser mais eficaz para prevenir a gravidez indesejada, é o único método que protege das DST’s.

---

### **Mulheres alertas: contra a hipocrisia empresarial**

O mercado e suas empresas incorporam alguns aspectos do discurso feminista para vender mais produtos em nome do empoderamento individual de cada uma. Empresas como a Avon tentam passar uma maquiagem lilás em sua atuação: falam da saúde das mulheres ou de violência em campanhas de “responsabilidade social empresarial”, ao mesmo tempo que baseiam seus lucros na imposição de padrões de beleza e na exploração de milhões de mulheres que vendem seus produtos e não são consideradas trabalhadoras, ou seja, trabalham sem direitos garantidos.

A mesma tentativa de cooptação acontece entre empresas da alimentação e do agronegócio. Querem lançar suas linhas de orgânicos com a propaganda de que são alimentos saudáveis, mas impõem um processo violento que expulsa povos tradicionais, indígenas e camponeses para que saiam de suas terras ou os pressionam para que sejam incorporados nos esquemas de produção das grandes empresas que controlam a alimentação.

---

## Liberdade para as empresas, mais desigualdade para os povos

O chamado “livre comércio” não é uma novidade, e também nada tem de livre. Os tratados de livre comércio (TLC’s) são instrumentos que estabelecem regras muito rígidas para que as empresas transnacionais ampliem seu poder sobre nossas vidas, o controle sobre as políticas dos Estados e a exploração da força de trabalho.

Com os TLC’s, as empresas querem se apropriar cada vez mais do conhecimento produzido historicamente pelos povos. Querem patentear a vida, as sementes, o conhecimento, e querem ter o monopólio e o controle destas patentes por mais tempo. Essa lógica perversa da propriedade intelectual impede a autonomia dos camponeses e tem um impacto muito grande nas políticas de saúde dos países.

Os acordos de livre comércio que estão sendo negociados hoje avançam ainda mais nesta estratégia.

Eles estão sendo negociados em segredo, nem sequer os parlamentares dos países envolvidos tem acesso a seus conteúdos. Um exemplo é o acordo sobre comércios de serviços (TISA). Eles pretendem reunir parte significativa da economia global, estabelecendo os parâmetros para o conjunto dos países.

Estes acordos propõem novos mecanismos, como as chamadas *convergências de normas e regras*. Essas convergências fazem com que o que for negociado em um acordo seja equivalente ao que estiver estabelecido em outros acordos mega regionais. Este é um processo extremamente anti-democrático e que tem como objetivo tornar estas regras irreversíveis.

O avanço dos TLC’s desmonta a estratégia de autonomia da América Latina frente aos Estados Unidos.

O atual governo golpista do Brasil e o governo neoliberal da Argentina rapidamente mudaram a orientação da política externa, enfraquecendo os processos de integração regional e acelerando negociações de acordos, como o Tratado Mercosul-União Européia.

Esses acordos são muito mais do que simples regulações do comércio entre países, são estratégias de dominação das pessoas.

O TISA, por exemplo, ataca frontalmente os serviços públicos. Este acordo quer expandir ainda mais as fronteiras do capital sobre os direitos

básicos e serviços públicos, como a saúde, a educação e a comunicação. No Brasil do golpe, este também é o objetivo das propostas de ampliação das privatizações e terceirizações.

---

### **Privacidade para as pessoas, transparência para as empresas**

Hoje, as empresas de telecomunicação controlam quase tudo que compartilhamos na internet. Vivo, a TIM e a NET querem limitar os pacotes de dados obrigando a população a pagar mais por menos serviços. Google e o Facebook lucram com as nossas redes de relações pessoais. Essas empresas armazenam nossos dados e usam tudo o que compartilhamos publicamente – ou mesmo por e-mail e whatsapp - para promover anúncios direcionados a até mesmo incentivar nossos comportamentos.

Defendemos que as tecnologias e o conhecimento sejam livres, e que nossa privacidade seja garantida!

---

### **Lutar não é crime! Contra a violência e a militarização**

A expansão do capital sempre vem junto com a violência. Há cada vez mais investimento em tecnologias de vigilância, controle e repressão. Vemos um aumento do poder militar e do controle dos territórios. Essa violência tem um caráter profundamente racista e machista, e promove o controle por meio da violência sexual e do assassinato de indígenas, da juventude negra e de lutadoras/as sociais.

Em todos os lugares que mulheres e homens resistem ao avanço do capital, a resposta é mais violência, repressão e criminalização.

Pela mão dos poderes judiciários caminham processos que reproduzem a justiça seletiva, protegendo os ricos e criminalizando os pobres. Crescem, a cada dia, as prisões políticas, especialmente de lideranças sociais camponesas que lutam por terra.

Aumentam as perseguições, ameaças e intimidações para bloquear a resistência nos territórios. Seguimos em solidariedade com lutadoras, como Máxima Acuña e Damiana. Elas expressam a luta e a resistência de

todas as mulheres e povos indígenas que enfrentam o poder e a impunidade das transnacionais.

### **Feminismo na Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo**

As mulheres estão mobilizadas em todo o continente. Existe uma nova geração política que aposta na horizontalidade, na ocupação dos espaços públicos, na irreverência e radicalidade. Estes princípios que sempre marcaram o feminismo hoje são apresentados pela juventude e desafiam o conjunto da esquerda. As sínteses que podem ser construídas com ações e lutas comum nos farão avançar como povos em luta.

O feminismo é diverso e plural. Somos muitas mulheres em luta no campo, nas cidades, nas universidades, nas águas e nas florestas. Neste momento em que enfrentamos o conservadorismo, nos colocamos o desafio de seguir juntas, e nos articulando enquanto região.

O capitalismo é extremamente violento quando vai dominar nossas subjetividades, nossos corpos, nosso trabalho e nossos territórios. Não nos contentamos com a incorporação de palavras dos nossos discursos pelo mercado, nem podemos correr o risco de fragmentar a nossa agenda frente as ameaças tão grandes que enfrentamos.

Não aceitamos que a nossa luta por liberdade e igualdade seja reduzida a visões e práticas liberais e individualistas, que não incomodam e nem questionam as bases materiais do patriarcado capitalista e racista.

Quando estamos juntas organizando as nossas resistências e dizemos NÃO ao neoliberalismo, temos a capacidade de construir o nosso projeto, de colocar em prática os princípios e propostas.

Conseguimos avançar nas práticas da agroecologia, afirmando que esta só é possível com o feminismo. Ampliamos nossas lutas e estratégias pela soberania alimentar. Buscamos recuperar e valorizar as práticas e os conhecimentos das mulheres sobre as sementes e a biodiversidade.

A defesa dos comuns, por meio de práticas concretas que as mulheres levam adiante todos os dias, afronta diretamente a lógica da propriedade intelectual que marca a ação das transnacionais e os acordos de livre comércio.

A experiência das mulheres na agroecologia nos ensina que precisamos ser radicais em nossas lutas, e que nossas ações precisam ser para transformar integralmente o modelo de produção, reprodução e consumo.

Defendemos a democracia e lutamos para que ela seja muito mais que uma formalidade. A democracia que queremos só é possível com soberania, igualdade e auto-determinação.

Na construção da Jornada Continental pela Democracia e contra o Neoliberalismo, estamos mais uma vez juntas com os movimentos sociais para fortalecer nossas resistências. Esta Jornada não marca um início ou um novo processo, mas é um reimpulso para nossas lutas articuladas.

Queremos construir grandes mobilizações em todo o continente, mas queremos ir além. O que nos move nesse processo é seguir juntas e juntos a partir do que nos une: a ação concreta de enfrentamento ao capitalismo racista, patriarcal e colonialista.

Esse é um chamado a que todos os coletivos e movimentos que estão em luta pela democracia e contra o neoliberalismo se somem a essa luta e à mobilização.

A solidariedade e o internacionalismo são nossos princípios de unidade, assim como a certeza da necessidade de uma transformação sistêmica que acabe com o capitalismo, o patriarcado, o colonialismo e o racismo.

**Nenhum passo atrás!**

**Povos em luta por nossa integração, autodeterminação e soberania,  
contra o livre comércio e as transnacionais!**

# A RESISTÊNCIA FEMINISTA CONTRA O LIVRE COMÉRCIO

E A LUTA DAS MULHERES PELA AUTONOMIA  
SOBRE O CORPO, TRABALHO E TERRITÓRIO

Clarisse Paradis, Natália Carrau e Viviana Barreto

**E**stá em curso em todo o mundo uma renovada ofensiva conservadora e neoliberal sobre a vida, o território e trabalho das mulheres e povos. Essa ofensiva combina estratégias que buscam mercantilizar todas as esferas da vida – os bens comuns, a natureza, o nosso corpo, contribuindo para o aprofundamento dos circuitos de exploração e opressão. Na América Latina, a ação das transnacionais, respaldadas pelos acordos de livre comércio, produz uma investida massiva que aprofunda o controle dos territórios, a precarização do trabalho, a depredação da natureza, além de financiar mecanismos de violência e repressão contra as lutadoras e lutadores.

Essa situação exige uma profunda reflexão do campo crítico, que luta por uma América Latina soberana, plena de igualdade e organizada a partir dos princípios do bem viver. As mulheres são especialmente afetadas pelo capitalismo patriarcal, seja na exploração do seu trabalho, na violência sobre seus corpos e na expropriação dos bens comuns que são vitais para a sobrevivência das comunidades. Por outro lado, as elaborações da economia feminista e da prática de luta do movimento têm capacidade de contribuir para pensar os caminhos da resistência e reabilitar os ideais de um outro mundo possível.

O presente estudo busca contribuir para pensar a atual conjuntura do poder do livre comércio e das transnacionais na América Latina, e refletir



sobre a relação entre as políticas de austeridade, a crise econômica que perpassa a região e as iniciativas regionais de mercantilização das esferas da vida. Nesse sentido, vamos analisar o significado do neoliberalismo e suas consequências para a vida das mulheres. Vamos resgatar o que representou a derrota da ALCA e essa década de resistência feminista ao neoliberalismo.

Além disso, vamos analisar as novas iniciativas de livre comércio que compreendem países da América Latina, buscando perceber a partir de quais discursos sobre o gênero esses tratados estão se estabelecendo e quais as suas consequências gerais para as trabalhadoras e os trabalhadores da região. Também vamos buscar compreender os elementos da conjuntura que se associam com a ofensiva do livre mercado, especialmente as crises econômicas, a onda conservadora no mundo e as disputas em torno do papel das mulheres.

Por fim, vamos retomar as formulações da economia feminista, para aportar sentidos à resistência a esses processos, a partir de uma visão que conecta a defesa dos comuns, a crítica à mercantilização do corpo e vida das mulheres e a prática feminista de construção da política de modo conectado com as experiências concretas. Espera-se que o estudo contribua para atualizar os entendimentos sobre as formas de organização do neoliberalismo na América Latina e as vias possíveis para a resistência.

## 1. Dimensões do neoliberalismo na América Latina

O neoliberalismo como projeto político representou profundas transformações nas relações sociais, políticas e econômicas para todo o mundo. As/os teóricas/os que refletiram sobre a sua natureza e o seu funcionamento concordaram que ele conforma muito mais do que uma política econômica, mas que seu sentido, forjado desde a Segunda Guerra Mundial, foi orientado para a mercantilização do máximo de esferas da vida social possíveis, de modo a regulamentá-las conforme os preceitos do mercado tais como a competição e a individualidade. As/os autoras/es reconheceram que o neoliberalismo não apenas captura as esferas da política, mas também propõe um novo modo de pensar as relações sociais e uma nova ideia de subjetividade.

Como afirma Schild (2015), o neoliberalismo sujeita todos os campos à lógica do mercado e celebra a figura do “consumidor soberano indepen-

dente” (Schild, 2015, p.548). Para Wendy Brown (2015), ele vai além de um projeto político ou uma ideologia, ele é uma forma de racionalidade que ameaça a democracia, ao impor a ideia de que cada pessoa é um “*homo economicus*” em todas as esferas de nossas vidas, sejam elas monetarizadas ou não (Brown, 2015, p.32). A lógica do mercado abarcaria não apenas os bancos, as grandes corporações, as empresas e o comércio, mas também escolas, times de futebol, administrações públicas, organizações sem fins lucrativos, grupos de pressão, etc.

O que as autoras chamam atenção é que o processo de invasão dos preceitos do mercado para todas as esferas da vida, inclusive aquelas de domínio íntimo e não monetarizadas, como a própria sexualidade, levaria a uma forte ameaça à democracia e seu aspecto de ampliação do espaço público, a partir dos valores e preceitos da participação pública, da soberania popular, da igualdade e liberdade e da capacidade das pessoas de, coletivamente, influenciar sobre os rumos da sociedade.

A globalização neoliberal representou um aumento nos fluxos financeiros, econômicos, de pessoas e mercadorias e representou uma pressão por desregulamentação das operações do capital, servindo aos interesses da elite política mundial no sentido de aprofundar uma ordem desigual, excludente e privatista. O receituário neoliberal incluiu a redução de gastos sociais, a desregulamentação das leis trabalhistas e da circulação das finanças e uma necessária derrota da classe trabalhadora (Monedero, 2017).

O fim da União Soviética e os discursos e narrativas que se produziram sobre esse processo buscaram remarcar o triunfo da ordem capitalista e taxar o pensamento e prática socialista como violentos, autoritários, ineficientes e corruptos. A desorganização e deslegitimação da esquerda contribuíram para que se forjasse um consenso das elites políticas e econômicas sobre os rumos da economia mundial e uma ideia de inexistência de qualquer possibilidade alternativa ao neoliberalismo. A globalização neoliberal representou, portanto, um processo em que as instituições financeiras internacionais como o Banco Mundial e FMI geriram uma nova ordem de governança política mundial.

Desde a crise de 2008, está em curso um reforço do consenso neoliberal e das suas receitas para enfrentar os desafios da acumulação

de capital, reforçando o desemprego, a precarização do trabalho, as desigualdades e a devastação ambiental (Monedero, 2017). Esse reforço se estende, inclusive, aos governos progressistas, que não conseguiram romper com a matriz neoliberal, especialmente na aplicação de reformas e políticas econômicas. Diante de cenários econômicos sombrios, a saída representada pelas políticas de “ajustes”, calcada na lógica neoliberal, se apresenta como um caminho que não busca apenas “salvar” a economia, mas também “salvar” a sociedade. A reorganização da direita na Europa, Estados Unidos e América Latina se articula com uma profunda debilidade e esgotamento da democracia representativa em garantir arenas possíveis para os conflitos sociais e insatisfações derivadas dos resultados díspares provocados pela globalização neoliberal.

Na América Latina, os seguidos golpes de Estado em Honduras, no Paraguai e recentemente no Brasil, em uma articulação entre judiciário, meios de comunicação e poder legislativo, além da eleição de chefes de governos associados com uma visão “gerencialista” de Estado, são exemplos de como o neoliberalismo tem ameaçado os ideais democráticos e disputado com muita força os rumos da política na região. O campo neoliberal atua para ampliar o controle do mercado sobre áreas de direitos cidadãos, trazendo um discurso calcado na visão de que os partidos são a origem da corrupção e da desordem e oferecendo um projeto fundamentado em uma pretensa despolitização.

Esse processo vai produzindo uma ideia da política como âmbito cercado, isolado e crucificado, estimulando práticas apresentadas como puras, racionais e imparciais, especialmente estimuladas por uma visão liberal, expressa pela lógica empresarial, que reduz a prática de governo como a gestão pretensamente eficiente de recursos finitos. A consequência dessa visão é propagar uma deslegitimação dos espaços públicos, dos processos de participação política e da ideia genuína de cidadania.

A América Latina foi especialmente afetada pelo neoliberalismo no final dos anos 80 e início dos anos 90. A liberalização política, fruto da recente redemocratização depois de períodos de ditaduras militares e de conflitos armados civis foi um processo fundamental de retomada dos processos de participação política, abertura para reivindicação de novos

direitos, a partir da ação e luta de setores da sociedade, que estavam excluídos da vida política e das decisões públicas. No entanto, esse processo também foi acompanhado desse novo momento na organização das forças produtivas e da economia mundial.

As instituições financeiras forçaram a adoção do neoliberalismo pelos países recentemente democratizados na América Latina. Apesar da implementação das políticas neoliberais na região ter sido variada e com diferentes graus, ela representou um impacto muito significativo nas formas de precarização do trabalho, no modo como o Estado se relacionou com as demandas políticas das populações organizadas e também representou debilidade nas possibilidades de ação estatal e na implementação de políticas públicas. O que se assistiu na região foi a flexibilização das normas trabalhistas, a priorização do ajuste fiscal em detrimento de serviços públicos e políticas que levassem em consideração o bem-estar da população.

Tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, uma diversidade de projetos políticos complexificam as disputas pela democracia na América Latina. Para Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), os projetos políticos seriam “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006, p.38). Não seriam restritos aos projetos partidários, mas teriam uma diversidade interna, constituindo forte relação entre as dimensões coletivas e individuais.

Estes autores identificaram, na América Latina, três projetos em disputa. O primeiro seria o projeto autoritário. Mesmo que as ditaduras militares tenham perdido respaldo como alternativa, há espaço para alguma aceitação popular de seus elementos, como relações verticais entre Estado e sociedade civil, eliminação dos princípios de cidadania, limitação das instituições democrático-liberais. O contexto mais atual do Brasil nos mostra a vivacidade do projeto autoritário, seja na defesa de políticas de segurança pública bárbaras, seja na imposição de valores conservadores sobre o corpo e vida das mulheres, seja em certa ressonância de grupos organizados que defendem o fim da democracia, a condução do poder pelos militares e uma política repressiva do pensamento plural e libertário.

Outro projeto seria o democrático-participativo, por sua vez, calcado no aprofundamento e radicalização da democracia, compreendendo os espaços participativos e deliberativos, como fundamentais para relação entre Estado e sociedade. Esses espaços contribuem com a igualdade, com a desprivatização do Estado, geram mecanismos de controle social e também resgatam a ideia de espaço público, ainda que não estejam livres de contradições. Os governos progressistas eleitos na América Latina na última década representaram uma ampliação desse projeto, a partir do aprofundamento dos laços com os movimentos sociais, e da instauração de novos espaços de participação e reivindicação.

Eles também representaram um aprofundamento dos laços de integração regional, partindo de bases que foram além das trocas comerciais e buscando, com maior ou menor sucesso, que a América Latina estivesse integrada com base na solidariedade e reciprocidade. Iniciativas como Alba e a Unasul e a ampliação da agenda do Mercosul são exemplos concretos desse esforço. Além disso, essas iniciativas de integração constituíram um espaço importante de interlocução entre movimentos sociais e governos. A partir de espaços de participação, os movimentos puderam reverberar uma leitura de integração que constituísse instrumentos para a ampliação dos espaços públicos, o aprofundamento dos serviços públicos, a defesa dos bens comuns e a visão de que a política deveria estar calcada em uma lógica da sustentabilidade da vida humana.

O último projeto seria o neoliberal, emergido para ajustar relação entre Estado e sociedade pela reconfiguração das relações de acumulação capitalista, no contexto da globalização. Esse projeto proclama que o Estado é corrupto e ineficiente, e que portanto certas responsabilidades estatais deveriam ser transferidas para sociedade civil (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006). A participação se daria de maneira instrumental, já que a sociedade civil assumiria execução de um conjunto de políticas, mas não a decisão sobre elas. A perspectiva desse projeto é privatista e individualista, a concepção de cidadania e participação despolitizada e a democracia minimalista, tratando os conflitos de modo tecnocrático e gerencial (Dagnino; Olvera; Panfichi, 2006).

## 2. Neoliberalismo e a vida das mulheres latino-americanas

As transformações políticas, econômicas e sociais ao longo da história na América Latina geraram consequências para as disputas, formas de ação, legitimação e organização dos discursos do feminismo na região. Nesse sentido, Sonia Alvarez (2014a) reflete sobre os fluxos do feminismo e sua relação com o contexto, isto é, “os fluxos do campo feminista resultam das suas interações dinâmicas com os campos de poder nos quais ele se insere em uma determinada conjuntura histórica” (Alvarez, 2014a, p.20). Isso significa que o campo feminista não pode ser pensado isolado da distribuição de poder, da cultura política ou mesmo da relação com outros campos dos movimentos sociais.

Se olharmos, por exemplo, para a década de 90, uma série de ambiguidades foram produzidas no contexto do neoliberalismo, como nos mostra Alvarez (2000) e Nalu Faria (2005). Por um lado, havia vários setores dos movimentos atuando desde dentro do Estado, via capacitação profissional, consultorias e implementação de projetos (a partir dos processos de organização e profissionalização do movimento), e, de outro lado, um Estado envolto em uma estratégia de ajuste estrutural e fiscal esvaziava determinadas políticas públicas universais e também focais, substituindo-as por projetos pontuais, limitados, sem qualquer alcance sobre o conjunto mais geral das mulheres. No plano internacional, propagava-se um discurso “triumfalista”, de avanço das agendas das mulheres, em meio aos efeitos perversos do neoliberalismo sobre elas, principalmente as pertencentes aos setores e classes populares (Faria, 2005, p.19).

Sônia Alvarez (2014b) nos mostra três fases do neoliberalismo na América Latina: a primeira, chamada de “fundamentalismo de mercado”, se deu ainda na década de 80 e no contexto de governos militares, e representou uma visão em que as mulheres pobres e grupos raciais subalternos eram tratados como exército invisível. O neoliberalismo se apropriou do trabalho das mulheres populares de maneira utilitária para a implementação de programas sociais emergenciais.

A redemocratização dos países da região foi associada a um aumento expressivo das contradições sociais da pobreza extrema, a partir desta primeira fase do neoliberalismo, o que levou a uma preocupação

das instituições financeiras internacionais e das organizações internacionais em promover políticas que organizassem uma “face humana” ao capitalismo (Alvarez, 2014b, p.23).

Nesse sentido, as transições democráticas não desafiaram a ordem neoliberal. Ao mesmo tempo, proliferou-se uma certa “tecnocracia de gênero” em governos e instituições regionais, isto é, o desenvolvimento de uma agenda governamental que esvaziava o conteúdo de transformações radicais da ordem social, pela luta feminista, e o recolocava através de uma visão de inclusão das mulheres dentro da ordem estabelecida. Nesse momento, as mulheres foram tratadas de maneira utilitária, como chaves para a implementação das políticas sociais focalizadas.

Como nos mostra Schild (2015), as mulheres passaram a ser recrutadas para combater a pobreza, em nome de uma ideia fabricada de “empoderamento”, termo que significava tornar as mulheres pobres cidadãs mais “responsáveis” e capazes de sustentar um planejamento familiar. Nesse sentido, vai confluindo uma ideia de autonomia hiperdimensionada, em associação com uma concepção individualista de subjetividade e agência (Schild, 2015). Para a autora, o neoliberalismo contribui assim para nublar e erodir as relações de interdependência (interpretadas como dependência e, portanto, uma patologia) e regular o comportamento das mulheres, de modo a normalizar as relações de gênero com o objetivo de incentivar uma ideia individualizada, desresponsabilizada e desgarrada de liberdade.

A terceira fase se constituiria como pós-neoliberalismo ou neodesenvolvimentismo, quando os governos progressistas ascenderam em vários países da região. Essa nova configuração representou algumas mudanças em relação ao modo como as mulheres foram sendo incorporadas nas políticas estatais, com destaque para a atenção aos serviços públicos e a melhoria de vida da população, as transferências de renda e melhoria no salário e principalmente a possibilidade de uma agenda positiva transformadora que pudesse colocar o Estado a serviço das demandas feministas em prol da igualdade.

Os processos de luta política feminista e as formas de colaboração ou enfrentamento com o Estado variaram em cada país. De alguma forma, as agendas organizadas no conjunto dos movimentos progressistas

em espaços de articulação transnacionais foram importantes para que as mulheres se fortalecessem enquanto sujeitos políticos desse momento. No entanto, como nos mostra Alvarez (2014b), o traço patriarcal desses governos se manteve operante: visível, por exemplo, pelo lugar subalterno que os direitos sexuais e reprodutivos figuraram nessa nova agenda, bem como nos entraves ao processo sempre dinâmico e controverso de despatriarcalização do Estado.

Ao mesmo tempo, a capacidade de se impor ao processo de neoliberalização das relações econômicas, sociais e políticas, foram, de alguma forma, insuficientes. Esses governos enfrentaram poderosas elites políticas e econômicas, que estavam em articulação com as grandes potências – especialmente os Estados Unidos, que nos últimos tempos foram responsáveis por uma forte desestabilização no continente, passando pelos golpes parlamentares, além de outras formas de desequilíbrio em países como a Venezuela e a Bolívia, e a ascensão de governos conservadores em países como a Argentina.

A teoria e a prática feminista contribuíram para desvendar os discursos e significados do neoliberalismo e suas consequências para as mulheres, para o conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, para a natureza, para a soberania dos povos e para a organização do trabalho, para as condições de vida e para o acesso aos serviços e bens públicos fundamentais para a reprodução da vida humana.

Como nos mostra Moreno (2014), a globalização neoliberal e a decorrente expansão das formas de mercantilização sustentam uma visão do trabalho das mulheres como fonte inesgotável, a ser garantido no âmbito privado, a partir das relações de afeto familiares, e impõem sobre elas o amortecimento dos impactos da violência do sistema capitalista sobre as pessoas e as famílias, além de redefinir modelos de feminilidade.

Além disso, o neoliberalismo representou uma incorporação massiva de mulheres em empregos precários e flexíveis, se apropriou do trabalho de reprodução exercido majoritariamente pelas mulheres, de modo a substituir políticas públicas de cuidado, provocou migrações de mulheres, tráfico e prostituição, além de impregnar as subjetividades, no sentido de que cada ser humano deve realizar-se a partir dos bens de consumo,



dos parâmetros de felicidade e vida que o mercado impõe. Segundo Monedero (2017), o sentido comum do neoliberalismo foi amplamente calcado no desejo, especialmente reforçado pela ideologia do consumo, invisibilizando todas as outras formas de vida e projetos alternativos.

A precarização e exploração do trabalho das mulheres está fortemente associado ao processo de mercantilização da vida. O discurso neoliberal propaga a ideia de que as pessoas são livres porque tem à sua disposição uma série de serviços e bens prontos para serem consumidos, enquanto pretende explicar a pobreza como um problema colateral da incompetência das economias do Sul de produzir riqueza, preservando o próprio modelo econômico, visto como solução e não a causa (León, 2016).

De acordo com Schild (2015), o ideal de autonomia que advém do incentivo ao trabalho feminino no mercado, acompanhado da ideia de trabalho “flexível”, ajuda a sustentar a acumulação capitalista, ao mesmo tempo em que o trabalho de cuidados é desconsiderado como condição para essa acumulação e, portanto, deixada a cargo das mulheres. A cisão entre o social e o econômico está na base dessa situação – a reprodução é entendida como uma externalidade dos modelos que buscam compreender o funcionamento da economia, nublando a divisão sexual do trabalho, que prevalece tanto no campo, quanto na cidade.

Muñoz e Rodríguez-Modroño (2016) nos mostram como as medidas de ajuste estrutural da economia e políticas de austeridade impactam significativamente as mulheres. De uma maneira geral, os discursos “austericidas” que acompanham as crises econômicas reforçam o abandono da priorização das políticas de igualdade, as quais, mesmo depois da recuperação econômica, têm sua legitimidade debilitada (Muñoz e Rodríguez-Modroño, 2016, p.11).

Como afirmam as autoras, as mulheres experimentam uma intensificação do seu trabalho – elas aumentam a presença no mercado de trabalho para compensar a diminuição na renda familiar, cresce a sua participação no setor informal e a carga de trabalho não remunerado também aumenta, seja em decorrência do corte e precarização dos serviços públicos, seja em função da maior dificuldade para externalizar algumas das tarefas domésticas. Esse processo de “refamiliarização” e “reprivatização”

dos cuidados varia segundo a idade, classe, raça e território das mulheres (Muñoz e Rodríguez-Modroño, 2016, p.26) mas, de uma maneira geral, reforça a ideia de que o tempo das mulheres é inesgotável.

As autoras reconhecem algumas consequências desse processo ao analisar a crise na Espanha, que nos ajuda a refletir sobre a situação do Brasil e da América Latina. A austeridade afeta a sobrevivência das mulheres, aumentando as diferenças de renda entre elas e reforçando a situação de emprego parcial, este conhecidamente mais precário e com menores salários. Além disso, há uma tendência crescente da concepção de “autoemprego” e de formas de trabalho sem contrato. Essa modalidade reforça uma ideia de plena disponibilidade das/os trabalhadoras/es e a ausência de formas de seguridade social, onde os riscos são assumidos inteiramente pelas/os trabalhadoras/es.

Toda essa situação gera uma variedade muito maior de condições de vida entre as mulheres, o que nos impõe desafios fundamentais para pensar as lutas por igualdade (Muñoz e Rodríguez-Modroño, 2016). As saídas oferecidas para a sobrevivência das pessoas, especialmente para as mulheres, são organizadas no sentido de reforçar o papel de provedoras “naturais” de cuidados e como individualmente responsáveis pela manutenção dos laços familiares e comunitários, em momentos de desintegração, desesperança e incertezas. Ao mesmo tempo em que se responsabiliza as mulheres pela manutenção da vida em momentos de crise, “vende-se” formas de sobrevivência que reforçam uma visão individualista, em que o sucesso e a superação das dificuldades se dá exclusivamente pelo esforço pessoal.

### 3. A resistência feminista ao livre comércio e às transnacionais

O processo de resistência ao neoliberalismo na América Latina esteve associado ao processo de luta contra a implementação do acordo para a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) no final dos anos 90, em um momento em que o neoliberalismo aparecia como única saída para os conflitos e que os pensamentos e práticas críticos estavam em uma grave deslegitimação. No campo do feminismo, como dito anteriormente, um conjunto expressivo de organizações estava muito envol-

vida nas agendas de gênero das Nações Unidas, motivado por uma leitura da conjuntura que desacreditava na possibilidade de vias alternativas e, portanto, orientava-se no sentido de garantir ganhos em políticas para as mulheres no campo neoliberal (León, 2015).

A ALCA representava uma estratégia dos Estados Unidos para ampliação do controle sobre o mercado e território latino-americano. Era negociada por partes muito díspares, ampliava o controle do mercado para esferas além do comércio, e representava, portanto, a mercantilização dos recursos naturais, a partir do imperialismo estado-unidense (Remte, 2015).

O processo de resistência ao livre comércio foi fundamental para reorganização dos movimentos sociais nesse momento crítico do avanço do capital sobre os direitos. A campanha continental contra a ALCA, o Fórum Social Mundial e outros espaços de articulação cumpriram a tarefa de posicionar os movimentos em torno de uma pauta comum e de compreender as diferentes dimensões do neoliberalismo que estavam em jogo (Remte, 2015).

Nesse sentido, a organização das mulheres foi fundamental tanto do ponto de vista da mobilização da resistência, ao revelar como o livre comércio tinha efeitos perversos sobre a vida das pessoas e especificamente das mulheres, como no sentido de oferecer caminhos alternativos àqueles propostos pelo neoliberalismo, a partir da economia feminista, reconectando o âmbito público e privado, a reprodução e produção e construindo uma ideia de “outro mundo possível” que estava ligado com o alto sentido ético e solidário do valor da vida humana.

A perspectiva feminista permitiu compreender que a única estratégia possível para a ALCA seria a sua total oposição. Afinal, a partir da experiência das mulheres situadas nos setores e lugares em que as contradições do livre comércio estavam mais visíveis, como nas maquilas mexicanas, por exemplo, foi possível perceber uma conexão com o processo crescente de feminização da pobreza (Remte, 2015). As formas de exploração intensivas na produção eram combinadas com a relação entre rendimentos do capital e invisibilidade do trabalho de reprodução da vida exercido pelas mulheres.

Como afirma Magdalena León, “a luta contra a ALCA e os TLCs permitiu definir melhor o confronto das mulheres com o modelo neoliberal, recuperar espaços como atrizes econômicas e abordar de uma maneira mais integral as relações de gênero como estruturantes do capitalismo patriarcal” (León, 2015, p.45). Nesse sentido, as mulheres identificaram a economia como esfera fundamental sobre a qual direcionar as suas lutas, rompendo com o confinamento da “questão das mulheres” como parte do âmbito exclusivamente do social. Esta visão partia do reconhecimento da opressão que as mulheres vivenciavam como associada ao preconceito e visão cultural, isto é, como se os símbolos, as visões de mundo, as expectativas e valores estivessem separadas das formas de organização da produção e reprodução da vida e das necessidades.

Esse campo anticapitalista do feminismo também buscou refletir sobre as relações entre a divisão sexual do trabalho e o paradigma dominante da economia. A partir da experiência das mulheres, foi possível conectar a falta de equipamentos públicos como creches, restaurantes e lavanderias, a falta de reconhecimento do trabalho das mulheres no âmbito rural, a pequena ou inexistente implicação dos homens nas tarefas domésticas e as péssimas condições do trabalho doméstico remunerado, exercido especialmente pelas mulheres negras e imigrantes, com as necessidades do capitalismo de reproduzir as formas de exploração sobre trabalhadoras/es. Esta leitura permitiu compreender que não seria possível alcançar um outro mundo sem que toda essa carga de trabalho fosse reconhecida como fundamental para produção da riqueza, para a sustentabilidade da vida humana e para a manutenção das relações de sociedade.

A crítica feminista também buscou perceber a conexão entre o livre mercado, a mercantilização da natureza e a autonomia das mulheres e povos. Como nos mostra Puleo (2012), a destruição da economia de subsistência leva ao empobrecimento das famílias, à destruição dos recursos, à desagregação das comunidades. No lugar de produzir sementes e alimentos, usufruir das fontes de água e respeitar os ciclos da natureza para produção, a introdução das monoculturas voltadas ao mercado impõe o uso de pesticidas e sementes produzidas pelas grandes corporações, poluem a água e geram dependência das/os agricultoras/es (Puleo, 2012).

Na América Latina, uma série de atividades extrativas, a exemplo da mineração ou das atividades de reflorestamento, controladas pelas transnacionais, impõe desafios para a vida das mulheres, além de expropriar recursos, bens comuns e territórios das populações. O exemplo do estado de Minas Gerais, no Brasil, demonstra como, nas cidades mineradoras, essa atividade econômica emprega majoritariamente mão de obra masculina, desorganizando os circuitos de produção locais e fazendo com que as mulheres tenham formas de autonomia econômica muito reduzidas. Essas atividades contribuem para gerar pobreza e exclusão social, quebrar os laços de solidariedade das comunidades e introduzir outros valores e práticas de vida. Nas obras da usina de Belo Monte, no norte do Brasil, é possível perceber que a chegada massiva de trabalhadores, na grande maioria homens, levou ao aumento da violência e da organização de circuitos de prostituição. Em 2013, a polícia interditou um prostíbulo nos limites do canteiro de obras da usina, onde foram encontradas mulheres em situação de cárcere privado, em condições de extrema opressão e exploração<sup>1</sup>.

O domínio das terras e a contaminação dos solos pelas mineradoras prejudicam a produção dos alimentos. Esta situação impacta especialmente as mulheres, pois elas são majoritariamente as responsáveis por colher os alimentos, cozinhá-los e prover uma boa alimentação à sua família. Esta situação impede que as mulheres produzam sua subsistência, aumentando sua dependência aos salários pagos aos homens e as empurrando para o trabalho informal. As áreas de produção mineral absorvem a mão de obra masculina local na extração do minério, deixando o resto da população, principalmente as mulheres, sem qualquer alternativa de autonomia econômica.

A mercantilização das esferas da vida não comerciais afeta não só o território e o trabalho, mas também incide diretamente sobre o corpo das mulheres. Como nos mostra Poulin (2005), a globalização neoliberal tem conexão direta com a ampliação da prostituição e do tráfico de mulheres e com o discurso em busca de sua liberalização. Segundo Jeffreys (2009), as formas tradicionais de organização da prostituição se

1. <http://www.sul21.com.br/jornal/policia-encontra-mulheres-em-condicao-de-escravidao-em-prostibulo-em-belo-monte/>

transformaram por forças econômicas e sociais, de modo a se tornar uma indústria em grande escala, concentrada, normalizada e parte da esfera corporativa dominante. O resultado é um mercado global multimilionário. Estima-se que ele represente 4,4% do PIB da Coreia, 5% do PIB da Holanda ou 8% do PIB chinês (Jeffreys, 2009). As formas de integração da indústria sexual no capitalismo globalizado, especialmente a partir da internet, compreendem inúmeras modalidades.

A situação atual dessa indústria nos mostra que uma rearticulação do discurso sobre a prostituição teve que ser produzido de modo a tornar a sexualidade uma mercadoria, haja vista a relativa decadência da cultura da dupla moral sexual, que foi combatida pelas culturas progressistas, desde o século XVIII. Nesse sentido, a prostituição vai sendo normalizada, associando a disponibilidade de corpos femininos no mercado com uma ideia de autonomia para a prostituição. O êxodo rural, o crescimento da economia informal e das desigualdades sociais, associados às políticas neoliberais, contribuem para expansão da prostituição (Poulin, 2005), ao mesmo tempo em que se assiste a um reforço do conservadorismo no mundo.

Todos esses processos de exploração sobre o corpo, trabalho e território das mulheres é acompanhado de formas de militarização, controle, vigilância e repressão que criminalizam a luta política e garantem, onde há insubordinação da ordem vigente, uma ameaça constante. As transnacionais se utilizam dos serviços de segurança privados e efetivos militares do Estado, de modo a garantir o controle sobre recursos naturais e territórios. É possível perceber, por exemplo, como a militarização na Colômbia contribui para formação e manutenção de circuitos de prostituição, especialmente conectados com bases militares e agentes de segurança.

Nos territórios onde se impõe a mineração, como no Peru e no norte do Brasil, os atores armados fazem parte do processo do extrativismo predador. No Peru, duas companheiras lutadoras da Marcha Mundial das Mulheres foram processadas por transnacionais do setor de ouro, por sua luta em defesa de suas comunidades e seus territórios de vida. A repressão das expressões democráticas de luta política foram constantes durante os protestos contra os megaeventos, tais como a Copa do Mundo e as Olimpíadas no

Brasil. Financiados pelas transnacionais, esses eventos serviram aos interesses das grandes corporações e estão hoje no centro de denúncias de corrupção. Enquanto isso, o Estado segue endividado e implementando reformas que desmontam ainda mais a seguridade social.

A derrota da ALCA, em 2005, não significou o fim das investidas dos países centrais sobre os recursos e o trabalho dos povos da América Latina. Nessa última década, a estratégia dos Estados Unidos e Europa foi se transformando, no sentido de garantir acordos bilaterais em situações em que as partes têm menos poder de barganha para impor suas condições. Estão em curso, hoje, acordos mega regionais, tais como o TISA e o Acordo UE-Mercosul. Refletir sobre as novas táticas utilizadas pelos países centrais e as consequências para as disputas democráticas na América Latina é fundamental para que o campo progressista possa ajustar suas formas de ação.

Também precisamos compreender quais os discursos que as negociações desses tratados mobilizam sobre as mulheres, afinal, sabemos que uma das formas de tornar esses instrumentos mais palatáveis e, portanto, minar certas oposições é justamente incluir algumas pautas de direitos humanos para dar a esses tratados uma aparência de progressistas.

#### 4. O livre comércio e seus impactos na América Latina

O livre comércio é uma instituição clássica do liberalismo e, portanto, não é uma característica exclusiva desse momento da acumulação capitalista. Mas com as negociações no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC) e dos acordos bilaterais e multilaterais, o livre comércio ganha um sentido fundamental para a concretização do neoliberalismo. Ao longo do século XX, a dinâmica de negociações desses instrumentos passou a incluir âmbitos muito maiores do que apenas aqueles relativos ao comércio. Atualmente, o livre comércio se sustenta a partir de acordos que ampliam fortemente os direitos das corporações e reconfiguram as funções do Estado (Ghiotto, 2016).

De uma maneira geral, a ideia de mercado livre é mais uma ideologia do que uma realidade. Como nos mostra Wallerstein (2004), em um mercado perfeitamente livre, compradores sempre teriam oportunidade de bar-

ganhar por um preço menor, diminuindo drasticamente a margem de lucro necessária para a produção. Assim, para permitir a acumulação ilimitada do capital, o mercado deve ser apenas parcialmente livre. Como nos mostra Harvey, o papel do Estado é fundamental para garantir o funcionamento do mercado. O Estado cria instituições e marcos legais, ou desenvolve uma estrutura militar e de segurança que assegure os direitos de propriedade, além de criar espaços do mercado em esferas onde ele não existe, como a educação, os bens comuns, o meio ambiente etc (Harvey, 2007).

Se esse comércio não é plenamente livre, as políticas neoliberais tampouco são independentes dos Estados. Muito pelo contrário, o funcionamento das engrenagens da exploração capitalista necessita de uma série de regulamentações do Estado. A operação de “salvamento” dos bancos estado-unidenses, durante a crise de 2008, nos mostra o processo de externalização dos riscos dos desajustes das economias para as mãos do Estado, que por sua vez, desvia os custos às/aos trabalhadoras/es.

Atualmente, as negociações comerciais e de investimentos em nível mundial rumaram com cada vez mais força no sentido do bilateralismo. O principal cenário de negociação foi a Organização Mundial do Comércio (OMC) como uma mesa global que reúne atualmente 164 países. Com a ofensiva neoliberal dos anos noventa, afloraram fortemente iniciativas bilaterais com uma tendência de aprofundar a liberalização e mercantilização estabelecida pela OMC. Essas iniciativas conhecidas como Tratados de Livre Comércio (TLC) se expandiram como uma proposta comercial e ganharam muita força a partir, principalmente, da queda da proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA).

Os Tratados Bilaterais de Investimento (TBI) também ganharam terreno, estendendo a assinatura e negociação desse tipo de acordo em todo o mundo. Também ganharam importância os capítulos de investimento dentro dos TLCs. Tanto a agenda de comércio como a de investimento possibilitaram, desde a saída da Segunda Guerra Mundial, processos de escalada de liberalização, desregulamentação, privatização e mercantilização. Colaboraram neste processo a promoção e imposição do pacote neoliberal de reformas estruturais de instituições financeiras internacionais, que ocorreram especialmente na América Latina.



Atualmente, essa agenda de liberalização, através de instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) ou os regionais como o Banco Europeu de Investimento (BEI) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), continua a promover políticas de acordo com esse paradigma liberalizador mesmo quando não segue os formatos do passado, com os pacotes de reforma estrutural, cartas de intenção ou empréstimos condicionados.

Então, quando se observa o mapa de comércio e investimento no mundo, devemos considerar não só os instrumentos de acordos comerciais e de investimentos, mas também outros instrumentos que complementam os acordos, seja porque reforçam a lógica liberalizadora, seja porque inauguram novos canais para a liberalização e desregulamentação. Isso demonstra a natureza sistêmica desta agenda e sua correlação com a lógica e racionalidade do sistema capitalista.

O que a análise dos tratados de livre comércio e da atuação das empresas transnacionais nos mostra também é a falácia do discurso que associa abertura comercial com aumento de investimento estrangeiro e crescimento econômico. Primeiramente, esses tratados são defendidos por países do centro do capitalismo para países da periferia, estabelecendo condições muito díspares de sustentação das suas cláusulas (Jornada Continental, 2016). Enquanto os países do centro advogam pela liberalização dos mercados do Sul, mantêm políticas protecionistas, que não condizem com o discurso legitimador dos tratados.

Outro aspecto importante é que esses tratados provocam um crescimento muito menor do que o prometido, além de estabelecer mecanismos (como solução de controvérsia investidor-Estado) que protegem os capitais estrangeiros, dá plena liberdade de ação para as empresas transnacionais e penaliza os Estados (Jornada Continental, 2016). Essas empresas acabam operando sem serem submetidas às normas laborais e ambientais. Se sua intenção é globalizar o comércio, o fazem a partir de bases de forte desigualdade, via relações imperialistas entre centro e periferia e às custas dos direitos humanos, trabalhistas e dos serviços públicos e bens comuns.

A partir dos tratados e dos seus regimes jurídicos que garantem a maximização da exploração dos recursos naturais e do acesso aos mercados internos dos países latino-americanos, os bens comuns têm sido saqueados do controle dos povos locais. Esse processo é sustentado pela ação das transnacionais, que contam com mecanismos diversos para garantir essas formas de exploração: o regime jurídico, a cooptação de políticos locais, a chantagem, a militarização e violência. Ghiotto (2016) afirma que as empresas têm, cada vez mais, utilizado o mecanismo de solução de controvérsias, sendo que a alegação delas para questionar judicialmente os Estados latino-americanos tem sido, muitas vezes, se opor às medidas que protegem o interesse público e o meio ambiente.

As empresas invadem territórios, os expropriam da população e provocam desastres ambientais como a tragédia provocada pela Samarco, BHP e Vale, em Mariana-MG, tirando a vida de, ao menos, 17 trabalhadores/as e provocando o maior crime ambiental do Brasil e um dos maiores do mundo. O assassinato anunciado da militante hondurenha feminista e anticapitalista Berta Cárcares, que estava em resistência contra o projeto hidrelétrico “Água Zarca”, desenvolvido por instituições financeiras europeias e estado-unidenses, também é um exemplo da perversidade das ações das transnacionais.

### **5. O que é novo e o que não é tão novo assim na agenda de comércio e investimentos?**

Na tendência liberalizadora aqui exposta pode-se observar etapas de impulso e de estancamento. Para o caso da América Latina, o estabelecimento de governos progressistas e de esquerda, especialmente na América do Sul, implicou na difusão de um discurso político que estabeleceu uma visão crítica à política de liberalização do comércio e investimento e, de um modo geral, priorizou os processos de integração regional, no lugar das estratégias bilaterais, além do foco nas relações com o Sul global.

No entanto, o clima político mais propenso à visão crítica não se traduziu necessariamente na prática, já que grande parte dos governos de esquerda que assumiram depois de 2002 nos países do Mercosul conti-

nuaram com políticas comerciais e de promoção de investimento baseadas em premissas liberalizadoras e mercantilizadoras. Ao mesmo tempo, as estratégias de desenvolvimento implementadas apostaram fortemente em iniciativas extrativistas, gerando tensões acirradas nos territórios, pelo uso intensivo de bens naturais e pelos conflitos impostos aos camponeses ou comunidades indígenas nesses territórios. Somado a isso, a dependência do capital transnacional foi uma constante, que se acentuou com o aumento dos preços internacionais das commodities e matérias primas para uso flexível, uma vez que estes países eram destino de múltiplos investimentos de forte teor extrativo.

O “crepúsculo” de governos progressistas trouxe um ressurgimento virulento de estratégias de inserção internacional do tipo bilateral com perspectivas claras de aprofundamento da liberalização do comércio e investimento. Esta tendência não é exclusivamente regional e começa antes da ofensiva da direita observada hoje na região<sup>2</sup>. Trata-se mais de uma marca que ganhou força com a paralisação das negociações da OMC. A partir deste impasse, a agenda de liberalização começou a se obstaculizar e as vias para recanalizá-la colocaram centralidade na arena bilateral, em negociações com menos parceiros, mas com resultados substantivos.

A OMC representava um estágio de mercantilização e privatização da vida dos povos. Suas diferentes mesas de negociação eram consideradas avançadas para o capital e as formas de

negociação representavam fortemente os interesses do mundo desenvolvido no Norte global. Neste espaço, o Sul global (o mundo em desenvolvimento) começou a articular estratégias e alianças para resistir a essas expressões agressivas de liberalização. A chamada Agenda Singapura constitui o núcleo duro de uma série de conteúdos que não geraram consenso na OMC e que seguem até hoje sem serem vencidos. Essa agenda incluía compras governamentais, facilitação ao comércio, comércio e investimento e política de concorrência. A agenda era impulsionada pela União Europeia (UE), Japão e Coreia. As negociações sobre esses

2. Na verdade, as políticas lançadas durante os anos de governos progressistas ou de esquerda conviveram com políticas de corte liberalizador, por exemplo, aquelas que preservaram os privilégios a favor do livre fluxo de capitais, especialmente capital transnacional. Além disso, as políticas relacionadas com o investimento estrangeiro não sofreram mudanças estruturais, continuando, amplamente, a dinâmica de garantir os benefícios e proteger os seus interesses.

temas deveriam ser concluídas durante a Rodada de Doha mas, desde então, estão, em geral, paralisadas.

Apesar de colocar a ênfase nos riscos da ofensiva liberalizadora via instrumentos bilaterais, a OMC continua a ser um espaço mercantilizador. O seguimento das negociações e o surgimento de novas formas de negociar comércio e investimento constituem uma estratégia do capital transnacional e uma característica estrutural do sistema capitalista que transforma e reconfigura suas formas e instrumentos de acumulação. Os objetivos permanecem atrelados à expansão da fronteira do lucro e à despossessão da riqueza em todas as suas formas. Se antes o espaço privilegiado para garantir esta agenda era a OMC, hoje os instrumentos bilaterais, especialmente todos de caráter megarregional, estão ocupando esse espaço privilegiado.

Para os povos, estes objetivos se traduzem em graves impactos e consequências, alguns muito visíveis, outros não. Os impactos sobre as mulheres e sobre a agenda feminista constituem parte desse terreno de impactos invisibilizados.

Como mencionado, a partir, sobretudo, desse estancamento, a via bilateral ganhou muita força mediante os TLCs, promovidos principalmente pelos Estados Unidos e que, em seguida, a União Europeia começou a promover com o nome de Acordos de Associação<sup>3</sup>. Embora inicialmente os EUA fossem identificados como o impulsor dessa bilateralidade, hoje não é o único país central que promove acordos bilaterais de tipo TLC ou de outro tipo. Em termos da tensão “centro- periferia”, podemos dizer que esta via bilateral apresenta grandes problemas para os países do Sul global: enfraquece a força geopolítica de alianças entre países em desenvolvimento e do Sul, segrega os interesses desses países, parcializando suas estratégias, aprofunda as condições de subdesenvolvimento, vulnerabilizando o respeito e garantia dos direitos, aprofundando a divisão internacional do trabalho e a desigualdade de riqueza e renda, entre outros.

3. Esses acordos da UE incluem geralmente três grandes capítulos: Diálogo Político; Cooperação; Comércio. É o capítulo Comercial é o principal expoente da política comercial europeia. Seus conteúdos replicam os temas, regras, metodologias dos clássicos TLCs e agora também, os da próxima geração de TLCs. A UE está renegociando alguns dos acordos que já haviam sido assinados com os países latino-americanos. Essa renegociação está incluindo novas agendas dos acordos que se promovem na atualidade, conhecidos como megarregionais

Atualmente, o que observamos é uma mudança significativa nas formas e conteúdos que tem a negociação do comércio e investimentos. Hoje, o cenário deu um salto a mais, que poderia ser caracterizado como de forte bilateralidade combinada com tendências regionais.

A bilateralidade se expressa quando, cada vez mais, os aspectos mais agressivos das negociações comerciais e de investimentos estão presentes nos acordos. O fracasso de levar adiante certos temas de negociação na mesa multilateral da OMC fez com que eles comesçassem a ser incluídos em negociações bilaterais<sup>4</sup>. Todos os TLCs dos Estados Unidos, e logo os da UE, começaram a incluir estes temas e, hoje, representam matérias impossíveis de serem excluídas de qualquer negociação entre países. Os anúncios de negociações de TLC “de última geração” refletem estas mudanças nas tendências do regime de comércio e investimentos.

Há um tempo observa-se como a instalação destes temas na agenda comercial e de investimentos tem criado um “clima de política”, no qual estes novos temas se instalam de forma padrão em todas as mesas de negociação internacional. Assim, organismos internacionais, sejam financeiros ou não, conferências governamentais de agências internacionais, organismos regionais, têm contribuído na produção de reflexão acadêmica e política, apoiando esta agenda e instalando a ideia fundamentalista de que a tendência atual é esta e de que os países não podem ignorá-la. Esta imposição da agenda permeia as políticas regionais e nacionais, transformando políticas públicas. Preocupa ainda que a classe política de esquerda não perceba estes riscos e considere que as estratégias para atingir o desenvolvimento devam seguir as tendências atuais em matéria de comércio e investimentos.

### 5.1 As principais mudanças que esta agenda propõe

Os acordos “megarregionais” (AM), possuem uma série de características comuns em formas e conteúdos. Isto não quer dizer que não existam “velhos acordos” que hoje estão sendo renegociados incluindo as formas e conteúdos dos “novos acordos”. Na verdade, a renegociação dos TLCs que a UE tem assinado com países da América Latina incluem

<sup>4</sup> Exemplo disso são os capítulos em matéria de compras públicas, serviços financeiros e regulação doméstica.

## Esquema dos Acordos Megarregionais mais reconhecidos<sup>1</sup>

Acordo	Observações
<b>Acordo sobre Comércio de Serviços</b> (TISA na sigla em inglês)	<p>Em negociação entre 23 países<sup>2</sup>.</p> <p>Acordo que abrange o comércio de serviços de forma ampla com um texto central e um conjunto de 18 Anexos transversais e setoriais (Barreto, 2016).</p> <p>Estabelece compromissos transversais (que atravessam todos os temas e setores). Exemplos: Regulação Doméstica ou Transparência. Estabelece compromissos setoriais. Exemplos: Serviços Financeiros ou Telecomunicações.</p>
<b>Acordo de Associação Transpacífica</b> (TPP na sigla em inglês)	<p>Assinado em fevereiro de 2016 entre 12 países<sup>3</sup>.</p> <p>Acordo integral contendo uma variedade de temas tradicionalmente associados aos TLC e a nova geração de conteúdos. Inclui 30 capítulos setoriais e transversais. Apesar de não se concentrar especificamente em Serviços, inclui uma diversidade de temas e regras que são parte da estrutura do TISA. Atualmente não é possível afirmar que este acordo entrará em vigor, já que o presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, retirou o país do acordo. Trump havia anunciado essa possibilidade e cumpriu com o anúncio três dias após sua posse. São incertas as chances de que o TPP seja instaurado algum dia, apesar de outros sócios terem anunciado que querem implementá-lo, mesmo sem os Estados Unidos.</p>
<b>Acordo Transatlântico sobre Comércio e Investimentos</b> (TTIP na sigla em inglês)	<p>Acordo que está sendo negociado entre Estados Unidos e UE. É incluído dentro dos AM, pelas regras, conteúdo e alcance de seus compromissos. Além disso, de um ponto de vista geopolítico, o TTIP deve ser visto em termos de seu potencial econômico, já que tanto a UE quanto os Estados Unidos possuem grande parte do fluxo de comércio e investimentos.</p>
<b>Acordo Econômico e Comercial Global (CETA na sigla em inglês)</b>	<p>Acordo promovido pela UE e assinado com seu sócio Canadá, no fim de outubro de 2016. Os conteúdos do acordo (conhecidos, como no resto dos casos, por vazamentos não oficiais), reiteram o alcance e tipo de conteúdos dos AM. Este acordo tem gerado muitas resistências e críticas, inclusive de órgãos de governos municipais do Canadá, o que evidencia o alcance que têm os conteúdos ao envolver disposições que atingem todos os níveis de governo.</p>

1. É importante mencionar que os acordos incluídos neste esquema não representam uma análise exaustiva. Existem acordos de tipo TLC sendo renegociados ou negociados pela primeira vez e que estão alinhados com os conteúdos e alcance dos AM apesar de não serem analisados no esquema.

2. Austrália, Canadá, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Costa Rica, Estados Unidos, Hong Kong, Islândia, Israel, Japão, Liechtenstein, Maurício, México, Nova Zelândia, Noruega, Paquistão, Panamá, Peru, Suíça, Taiwan, Turquia e a União Europeia com seus 28 países membros.

3. Austrália, Brunei Darussalam, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, México, Nova Zelândia, Peru, Cingapura e Vietnã.

Fonte: Elaboração Própria com base em REDES-AT (2016, p. 4) e Barreto e Carrau (2016).

estes aspectos, e o mesmo ocorre com os acordos do tipo TLC que estão sendo negociados atualmente entre países do Norte e o Sul Global ou entre países do Sul Global. Este “clima de política” conseguiu fazer com que a tendência liberalizadora em matéria de comércio e investimentos continue sendo hegemônica nas relações Sul-Sul.

É importante distinguir quais os aspectos que estes AM trazem como novidade, e quais parecem ser, principalmente, uma continuação da agenda tradicional neoliberal. A seguir descrevemos os aspectos mais relevantes:

◆ **Aprofundamento ou intensificação das formas de negociar:** Todas as matérias colocadas na OMC e nos TLCs estão presentes nos AM. No entanto, as disposições, cláusulas e regras com as quais são negociados nos AM são mais agressivas e profundas em seu alcance. Existem claros exemplos disto na descrição e alcance de alguns capítulos transversais que se repetem nos AM. É o caso da Coerência Regulatória ou Regulação Doméstica, capítulos que focam em disposições nacionais como políticas, leis, decretos ou regulamentações, estipulando uma série de critérios para que estas estejam “de acordo” com as disposições e compromissos dos AM.

◆ **Incorporação de novas matérias ou disciplinas:** Os AM incorporam matérias (capítulos e temáticas) à negociação que não faziam parte das primeiras gerações de acordos (TLC tradicionais ou OMC) ou que não faziam parte de acordos da OMC em sentido estrito. Alguns exemplos são a incorporação dos “Serviços e Empresas Públicas” como capítulo de negociação ou as exigências em matéria de “Transparência”. A OMC incluía as Empresas Públicas em um “Entendimento de Interpretação” do Artigo XVII do GATT de 1994. Ou seja, não faziam parte de um acordo multilateral como a maioria dos acordos da OMC. Os compromissos deste entendimento exigiam que os países notificassem as empresas consideradas pela OMC como “empresas públicas”, e foi criado um “Grupo de Trabalho encarregado de analisar a incidência destas empresas em monopólios ou práticas discriminatórias” (REDES-AT, 2016, p. 5). A OMC não considerava disposições que estabelecessem uma regulação ou desregulação destas empresas. O alcance deste acordo foi substancialmente inferior a qualquer disposição incluída nos AM ao respeito.

◆ **Apresentam novidades nos conteúdos incorporando capítulos transversais a todas as temáticas:** As disposições sobre Transparência, os Testes de Necessidade aplicáveis às legislações e disposições nacionais sancionadas por um país signatário do acordo, ou os critérios estabelecidos de “razoabilidade”, “imparcialidade” ou “eficácia”, entre outros, visam colocar limites e impor formatos à legislação nacional, fazendo que ela se adapte aos compromissos dos AM. Além disso, os conteúdos estabelecidos nos diferentes capítulos considerados transversais incorporam de maneira conceitual e técnica o “lobby empresarial” como filtro para as disposições nacionais que forem adotadas. Esta institucionalização do lobby como prática obriga os Estados a passarem suas legislações pelo filtro das empresas antes de aprová-las, entre outros aspectos.

## 6. O impacto dos novos instrumentos da globalização neoliberal na vida das mulheres

Esta fase de instalação das negociações megarregionais representa uma forte ofensiva pelo aprofundamento dos esquemas de consolidação da globalização capitalista já promovidos pela OMC e pelas estratégias bilaterais dos TLCs. Sob o pseudônimo de promotores do “livre comércio”, seus principais promovedores, as empresas transnacionais, visam encerrar o espaço da política pública e do público, e estender o governo do mercado sobre todos os aspectos da vida e do convívio comunitário. Ao participar destes acordos, os Estados renunciam ao exercício de sua responsabilidade de governo a favor do interesse geral, e as empresas transnacionais garantem seu campo de operações, livre de obstáculos para aumentar os níveis de exploração da vida e os bens comuns e aumentar suas margens de lucro.

Esta situação leva ao extremo a contradição Norte-Sul, já que não só pretende congelar os parâmetros da divisão internacional do trabalho – o Norte produtor e exportador de bens elaborados, o Sul exportador de *commodities* e matérias primas –, mas também consolidar o protagonismo das empresas transnacionais (cujas matrizes estão, em sua maioria, no Norte) no governo das dinâmicas da produção em nível global. Com um Estado em retrocesso, é nos planos de negócios das empresas onde se



definem as dinâmicas de produção, distribuição e consumo e, portanto, o destino das trabalhadoras, trabalhadores e dos povos em geral.

O modelo de sociedade promovido com estes tratados impacta diretamente na vida das mulheres, particularmente das latino-americanas. Este impacto pode ser identificado ao analisar duas dinâmicas:

Por um lado, a abertura da economia ao comércio internacional a partir de esquemas tão profundamente assimétricos como os conteúdos dos acordos como TPP ou TISA, possuem impactos nos níveis de produção e, portanto, no emprego. O estabelecimento da especialização primário-exportador a partir da concorrência internacional dificulta o desenvolvimento de políticas de promoção de atividades produtivas novas, potenciais concorrentes das atividades dos países industrializados; e é altamente provável que essa dinâmica impacte nos níveis de produção e, portanto, nas condições de emprego. As dificuldades na empregabilidade impactam primeiro as mulheres, que inclusive quando conseguem permanecer no mercado de trabalho são discriminadas com remunerações menores e precarização das condições de contrato e emprego.

Por outro lado, a incorporação de nossos países aos esquemas de compromissos contidos nos AM significa, como já dito, a retirada da política pública e a privatização de todos os aspectos da vida comunitária. Um exemplo nítido disso é a vocação do TISA em restringir as atividades com valor social que os Estados podem manter na esfera do público, considerando-as “serviços” e dando a elas um valor econômico. Além disso, limita a capacidade do Estado de realizar políticas que favoreçam o acesso da população a essas atividades.

Com uma tendência à privatização das prestações de saúde e educação, as mulheres são forçadas a assumir a carga de trabalho não remunerado e invisibilizado, aumentando a exploração em termos de menor autonomia para decidir sobre os tempos pessoais, maior exposição à dependência econômica e maior carga de trabalho total em relação aos homens. Em segundo lugar, a tendência à privatização dos bens comuns, ou seja, o acesso à água e à terra impacta significativamente a vida das comunidades, especialmente das mulheres, que arcam com a responsabilidade da manutenção e cuidado das famílias.

Finalmente, como instrumentos construídos à medida das necessidades e interesses das transnacionais, os AM promovem esquema de produção flexíveis, ou seja, facilmente ajustáveis às condições conjunturais de rentabilidade. Esta vocação pela flexibilidade é aplicada às relações trabalhistas promovidas pelas empresas, que crescentemente utilizam mecanismos como a terceirização, buscando deteriorar as garantias para a proteção dos direitos trabalhistas na legislação. Nesse mesmo sentido, as empresas pressionam pela degradação das regulamentações em matéria ambiental ou de ordenamento urbano. Em todos os casos, o questionamento tem base na restrição da capacidade para levar a cabo a atividade empresarial, e na suposta insuficiência do interesse público como fundamento de necessidade e razoabilidade da medida adotada<sup>5</sup>.

Como tem se afirmado, a essência própria destes instrumentos gera impactos críticos na vida das mulheres para além da existência ou não de cláusulas específicas sobre sua condição. É possível afirmar que apesar da inclusão das chamadas “cláusulas de gênero”, utilizadas para fundamentar o compromisso destes instrumentos com a situação das mulheres, o que se promove na verdade é um modelo de relação Estado-sociedade-mercado que aprofunda a divisão sexual do trabalho, e com ela, a exploração das mulheres. O TPP, por exemplo, contém um artigo denominado “Mulheres e Crescimento Econômico”<sup>6</sup> dentro do Capítulo 23 de Desenvolvimento que estipula como objetivo a inclusão das mulheres na atividade econômica, ignorando a contribuição à economia realizada com o trabalho reprodutivo, que cai nas costas das mulheres. As menções ao papel das mulheres na economia são acessórias, e aparecem como “reconhecimento”. Associado a este reconhecimento, o artigo estabelece a consideração do desenvolvimento de atividades de cooperação “destinadas a melhorar a capacidade das mulheres, incluindo trabalhadoras e empresárias, para acessar e se beneficiar plenamente das oportunidades criadas por este Tratado”<sup>7</sup>.

5. Isto é expressado de forma direta e indireta nos Capítulos de Regulação Doméstica do TISA e de Coerência Regulatória do TPP.

6. Artigo 23.4 “Mulheres e Crescimento Econômico”, Capítulo 23 “Desenvolvimento” do TPP.

7. Artigo 23.4 “Mulheres e Crescimento Econômico”, Capítulo 23 “Desenvolvimento” do TPP. Chama a atenção que dentro deste mesmo artigo, é promovida a troca de informação e experiências sobre três tipos de programas ou temáticas, sendo que a terceira delas (inciso c) menciona “identificação de melhores práticas relacionadas à flexibilidade trabalhista”. A ambiguidade

É importante notar que, além dos condicionamentos e impactos que produz o regime de comércio e investimentos através destes instrumentos, outras dinâmicas e processos associados fortemente aos organismos internacionais mediante a ajuda ao desenvolvimento, a ajuda alimentar e econômica, impõem, por um lado, um tratamento dos direitos das mulheres funcional ao capitalismo e, portanto, restringem a expansão e o crescimento da agenda feminista, incluída a perspectiva da economia feminista. Quando a cooperação ao desenvolvimento determina como linhas estratégicas projetos associados à equidade de gênero, não inclui aspectos centrais para a agenda feminista que têm a ver com as lutas pela verdadeira igualdade e autonomia das mulheres. O que de fato inclui corresponde aos papéis secundários para as mulheres, sem reconhecer seu papel na economia e sem questionar o caráter patriarcal e machista do próprio sistema capitalista. Este aspecto “funcional” da cooperação ao desenvolvimento é extremamente nocivo para as agendas feministas, já que, ao mesmo tempo em que consolida o olhar restritivo e acessório sobre as mulheres, ignora e marginaliza as perspectivas que apostam em uma mudança de sistema que visa transformar a vida das mulheres.

O capítulo 21 sobre Cooperação do TPP menciona algumas áreas específicas de cooperação, entre as quais inclui a igualdade de gênero. No texto são mencionadas as temáticas centrais que atualmente ocupam a cooperação ao desenvolvimento (em amplo sentido, incluindo a ajuda alimentar): setor agrícola, industrial e de serviços, promoção da educação, cultura e igualdade de gênero, gestão de riscos diante de desastres.

Em relação ao TISA, o acordo não dedica nenhum dos capítulos especificamente a mulheres. No entanto, isto não quer dizer que o tratamento que dá às matérias negociáveis não gere impactos nas mulheres e na agenda feminista. Como foi mencionado, a liberalização e mercantilização extrema que estão propostas nestes acordos impõem em si mesmas impactos e custos diferenciais para as mulheres.

---

da linguagem deixa a dúvida sobre o significado e alcance dessa expressão de desejo de desenvolver capacitação e troca de experiências nestas temáticas.

## 7. Desafios da atual conjuntura: alguns apontamentos

A atual conjuntura da América Latina e do mundo impõe a necessidade de refletir sobre as possibilidades e necessidades de construção de outro mundo possível. Assistimos a um processo de retomada do poder, articulação e influência dos setores conservadores e de direita no mundo, com expressões particulares nos Estados Unidos, com a eleição de Donald Trump, de lideranças conservadoras na França, Alemanha e também na América Latina. O que parece haver de comum nesses setores é um certo “populismo de direita”, conforme afirma Monedero (2017), emergente desde a crise de 2008, marcado por uma denúncia dos excessos do neoliberalismo, mas sem nenhum esforço de mudança completa desse sistema.

O discurso propagado por esse setor combina políticas protecionistas, um mercado mais regulado, porém em busca de uma primazia das grandes potências, especialmente os Estados Unidos, sobre o resto do mundo. A retirada dos Estados Unidos do Acordo de Associação Transpacífica (TPP) e sua intenção de renegociar os termos do NAFTA são exemplos dessa política. Essa nova situação abre incertezas sobre as dinâmicas do capitalismo no próximo período. União Europeia e países como a China têm se gabaritado para ganhar maior influência nos acordos comerciais. No entanto, não existem grandes expectativas de que o Acordo de Associação UE- MERCOSUL, por exemplo, proponha premissas diferentes que permitam promover ou garantir a soberania de nossos países em sua inserção internacional.

Além disso, o discurso desse setor também está fundamentado no racismo, colonialismo e patriarcado. O reforço das fronteiras e a criminalização da imigração e das/os imigrantes, combinados com a sustentação de conflitos armados de graves consequências humanitárias, como na Síria, produzem a maior crise de refugiados desde a Segunda Guerra Mundial (Monedero, 2017). O fortalecimento da direita conservadora acompanha, portanto, processos de militarização em todo o mundo, criminalizando as populações marginalizadas e aquelas que estão se organizando na luta política.

O conservadorismo é um aspecto fundamental da atual conjuntura. Não só no ataque ao corpo e autonomia das mulheres, como também

nas novas disputas em torno dos significados da feminilidade. Como nos mostram Muñoz e Rodríguez-Modroño (2016), há um alinhamento entre austeridade e conservadorismo, reforçando a ideia de que as mulheres são mães e cuidadoras, de modo a justificar políticas que transferem os custos da reprodução da sociedade para os ombros das mulheres. No Brasil, a organização do golpe contra a Presidenta Dilma Rousseff esteve permeado dessas disputas.

Enquanto Dilma foi deslegitimada também por ser mulher e não se encaixar no ideal de mãe e esposa, a figura da Marcela Temer, esposa do golpista Michel Temer, serviu para recolocar esse ideal, a ponto da Revista *Veja* classificá-la como “bela, recatada e do lar”. O que os setores sustentadores do golpe parecem pretender com a veiculação da imagem de Marcela é associar o golpe à pureza do “anjo do lar”.

Em abril de 2016, quando os deputados federais participaram da votação nominal do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, assistimos aos conservadores votarem em nome da “família”. Tica Moreno nos lembrou bem que, ao evocar a família, eles estavam dizendo sobre um tipo muito específico dela:

A família que eles evocam é a mesma que eles escreveram no estatuto da família e que não tem a ver com a maioria das famílias reais. Eles falam de famílias de homem, mulher, filhos. Famílias heteronormativas, que transmitem heranças entre gerações e que têm empregadas domésticas que não recebem os direitos que eles mesmos resistiram tanto em aprovar. Famílias que podem ser compostas por pessoas que encontram a felicidade em sua vida como indivíduos, e que não necessariamente estão felizes por voltar todos os dias pra mesma casa, cozinha, cama (Moreno, 2016).

Os ataques ao corpo e sexualidade das mulheres também são fundamentais para a sustentação do conservadorismo. O aborto tem sido amplamente criminalizado onde ele não é legal e fortemente ameaçado onde ele se configura como um direito. Se por um lado, o direito das mulheres de decidir sobre uma gravidez indesejada é atacado, por

outro, o mercado da prostituição e pornografia se mantém pujante, incluindo os circuitos de tráfico de mulheres e crianças e a pornografia infantil. O que o contraste dessas duas práticas nos mostra é como o capitalismo patriarcal busca construir discursos e práticas sobre o corpo das mulheres que utilizam um ideal liberal de liberdade (no caso da indústria sexual) não no sentido de garantir a autonomia e a autodeterminação das mulheres, mas domesticar seus corpos, em vistas a nos constituir como mercadorias.

A reprodução da vida também está ameaçada na atual conjuntura. Como nos mostra Federici (2014), a crise capitalista tem o efeito de destruir os elementos básicos para a reprodução das pessoas no mundo. No contexto latino-americano, a incorporação massiva das mulheres no trabalho remunerado, a decadência do modelo de família tradicional e o envelhecimento da população são fatores que têm tanto influenciado a divisão sexual do trabalho, já que a presença das mulheres no mercado de trabalho remunerado exige uma nova combinação das tarefas de bem-estar, quanto gerado uma “crise do cuidado”, fazendo com que as demandas por cuidado sejam maiores do que a disponibilidade de atender essas demandas no âmbito privado (pelas mulheres).

A crise do cuidado e a rígida divisão sexual do trabalho geram um dilema para os regimes de bem-estar da região, que sempre estiveram calcados no papel das famílias, ou seja, no trabalho gratuito das mulheres. Em momentos de crise e austeridade, como vimos, essa situação se agrava. É por isso que a resistência aos desmontes das políticas de seguridade social são fundamentais para assegurar níveis de vida dignos para homens e mulheres.

Todos esses desafios da atual conjuntura nos remetem às múltiplas ofensivas sobre as nossas vidas. De um lado, um campo conservador e protecionista tem se fortalecido no mundo, do outro, as ofensivas liberalizantes continuam a pleno vapor. O lugar das mulheres nessa disputa é ambíguo e complexo. O conservadorismo busca reabilitar e renovar o controle patriarcal sobre nossas vidas e corpos, enquanto as iniciativas neoliberais buscam inserir as mulheres no sistema, sempre de modo secundário e utilitário.

O que a análise dos atuais Tratados de Livre Comércio nos revela é a produção de um discurso tecnocrático de gênero, fundamentalmente ambíguo, que busca gerar alguma credibilidade às iniciativas de liberalização e mercantilização, incluindo cláusulas sobre as mulheres sem, no entanto, pretender qualquer crítica à divisão sexual do trabalho ou aos processos que condicionam mulheres à desigualdade e pobreza. Esse discurso é o retrato dos dilemas que envolvem a ação política no contexto neoliberal e deve ser amplamente denunciado pelas organizações feministas anticapitalistas.

O nível de mercantilização dos campos da vida pretendidos pelos atuais TLCs envolvem um nível extremo de opressão e exploração sobre nossos povos, que ultrapassa mas é altamente conectado com as disputas nacionais. Esse contexto impõe formas de atuação e resistência que conectem as realidades locais e as alianças globais e que construam saídas possíveis, a partir da recuperação das nossas visões compartilhadas e experiências autônomas. A economia feminista, como teoria e prática, tem o potencial de apresentar uma outra forma de conexão entre produção e reprodução, que questiona centralmente a acumulação capitalista e que, portanto, oferece instrumentos concretos para construção de outro mundo possível.

## **8. Feminismo como projeto político de recuperação do comum**

A construção do feminismo como uma teoria e prática da resistência e da emancipação poderia ser pensada com um tecido bordado, muito colorido. Cada desenho bordado representaria a experiência das mulheres de opressão e de resistência. Cada elemento do bordado conecta os modos como o capitalismo patriarcal e colonial constrói sua rede para expropriar as mulheres de seus corpos, seus territórios, suas memórias e seus sonhos.

Pela ótica das mulheres do campo, os bordados nos mostram o avanço do agronegócio – as monoculturas que expulsam os trabalhadores das suas terras e fazem com que se produza grãos para o mercado internacional, empobrecendo as populações. No bordado também aparecem o uso dos agrotóxicos e o perigo que eles representam para a

saúde das/os trabalhadores/as que os manuseiam, para as populações que vivem em torno das áreas onde se aplica o pesticida, para as nascentes dos rios, para a renovação da terra e para a sustentabilidade da vida humana.

Pela ótica das mulheres urbanas, o agronegócio, o uso dos agrotóxicos e a expropriação das terras das populações do campo pela mineração e pelas transnacionais se materializam em bordados que denunciam o preço dos alimentos, a dominância das redes de supermercados que precarizam a vida dos pequenos agricultores e impõem altos preços aos alimentos, que são fundamentais para a nossa sobrevivência. Essas redes de supermercados, alvo de muitas denúncias de violação aos direitos trabalhistas e direitos humanos, são o “braço comercial” do agronegócio, assegurando a homogeneização dos alimentos e a imposição de padrões alimentares de acordo com a lógica do mercado e não com a cultura alimentar das pessoas, a disponibilidade de alimentos locais, as formas autônomas de produção ou as necessidades de saúde.

O bordado das mulheres sindicalistas conecta a precarização do cuidado com a vida humana, através da alimentação, com a falta de outros serviços de cuidados, como as creches públicas, o transporte, o saneamento básico e as condições de habitação. Ao bordar a pouca disponibilidade de serviços públicos, conectamos com a situação do trabalho invisibilizado que as mulheres fazem cotidianamente nas suas casas e famílias, sem os quais nenhum ser humano poderia nascer, crescer, existir e criar. Esse trabalho fundamental é invisível no âmbito rural e também no âmbito urbano.

Ao bordar a necessidade de reconhecimento do trabalho que as mulheres fazem no âmbito doméstico, conectamos a situação das mulheres jovens, que muitas vezes têm menor acesso aos estudos e à renda, porque recai o trabalho doméstico da família sobre elas. Também conectamos com as mulheres trabalhadoras domésticas, em sua maioria mulheres negras, que exercem um trabalho que guarda analogia histórica com a escravidão no Brasil, perpetuando ainda hoje a falta de regulamentação de muitos dos seus direitos trabalhistas.

Quando bordamos a opressão sobre nossos territórios e a opressão sobre o nosso trabalho, também conectamos com a opressão sobre os



ossos corpos. Essa opressão passa pela imposição de padrões de beleza para todas as mulheres, intervindo sobre a forma como pensamos o nosso bem-estar, as formas de contracepção, a visão de saúde e a concepção de nossas subjetividades. Nesses bordados, o racismo e o patriarcado aparecem de mãos dadas, contribuindo para organizar uma imagem das mulheres negras como sempre disponíveis, materializando o processo de assédio sexual e estupro que elas vivenciaram desde o período colonial.

Nesses bordados também aparecem as mulheres em situação de prostituição, nas grandes obras, nos bairros das periferias urbanas, nas beiras de estradas, entre crianças, jovens e idosas, que vivenciam múltiplas opressões – dos clientes e seus abusos, dos capitalistas das redes de prostituição, da sociedade hipócrita e do Estado.

Diante da diversidade das mulheres e de suas experiências, podemos perceber que a opressão e as resistências nos conectam umas às outras. O modo como o capitalismo racista e patriarcal organiza os circuitos de opressão e exploração nos invade a todas. No entanto, a resistência sempre é possível e ela se dá a partir de uma leitura comum e compartilhada das nossas experiências, a partir dos instrumentos que nos conectam, que nos fortalecem e que contribuem para transformar o mundo para toda a humanidade.

No bordado sobre o mundo que queremos, está a contribuição fundamental da economia feminista para pensar uma outra forma de organização da produção da vida. O questionamento fundamental provocado por essa abordagem está na constatação de que, se o mundo continuar a rodar com base nos preceitos do capitalismo, especialmente na sua forma mais depredadora e mercantilizadora, o neoliberalismo, a sociedade deixa, em última instância, de ter um sentido ético de possibilitar uma vida que valha a pena ser vivida.

Como afirma Picchio (2012), a partir da economia feminista, é possível transformar visões e perspectivas teóricas e constituir instrumentos fundamentais para abordar temas cruciais das nossas vidas. Nesse sentido, essa abordagem nos mostra a tensão entre a produção de mercadorias e a reprodução das pessoas no capitalismo, uma tensão que esteve presente desde os primórdios desse sistema, tal como nos mostra

Federici (2014), que analisou como, para a constituição e manutenção do sistema capitalista de produção, têm sido vital a organização e atualização de formas de controle do corpo, vida e trabalho das mulheres.

Uma das ideias importantes que a economia feminista elabora é que, para contrapor a esse processo desenfreado de mercantilização das nossas vidas e dos nossos recursos e territórios, é fundamental pensar em uma política dos comuns. Como afirma Federici (2014), as propriedades comunais têm se renovado e passam pelo controle coletivo dos bens naturais como água, terra, sementes, como também produções culturais, bens digitais e serviços comuns. Esses bens formam um meio para criar interesses coletivos, laços de apoio mútuo e solidariedade concretos, quebrando com uma visão de indivíduo independente, individualista e consumidor, própria do liberalismo, e recolocando a sustentabilidade da vida humana no centro da organização das relações sociais.

Para a autora, as mulheres historicamente tiveram papel fundamental na defesa das culturas comunais e o aporte do feminismo contribui para elaborar uma política dos comuns que esteja conectada com a transformação da organização da vida cotidiana e da divisão do trabalho, contribuindo para uma coletivização da reprodução da vida. Diante das crises econômicas e dos ajustes estruturais, as fontes mais básicas da reprodução têm se quebrado e a recuperação dos comuns, segundo Federici (2014), não é só possível, como necessária.

No contexto da elaboração das vias das nossas resistências, a política do comum exige uma nova orientação da economia, tal como formulada por Moreno (2014), calcada na igualdade, que responda as necessidades das pessoas e não as necessidades do capital, que reequilibre as relações entre produção e reprodução, retirando os custos desse equilíbrio sobre o trabalho das mulheres e que abarque espaços democráticos de participação e deliberação sobre as prioridades e lógicas da sociedade.

Ainda segundo a autora, o paradigma de sustentabilidade da vida humana necessita o fim do ideal patriarcal de família, estabelecido pelas performances de papéis de provedor e dona de casa e pela divisão sexual do trabalho. Além disso, é fundamental que a política do comum reforme profundamente o Estado, no sentido de despatriarcalizá-lo, contribuindo para

que as políticas de igualdade estejam no centro das prioridades e que elas possam fortalecer os bens comuns, a soberania dos povos e a participação das pessoas na vida pública.

A tarefa é, sem dúvida, árdua e exigente, e exige que o feminismo se converta no instrumento das “sujeitas não sujeitadas” (Korol, 2016, p.142), isto é, como nos afirma Korol (2016), é preciso transformar os vínculos, do “salve-se quem puder” para chegar ao “vamos juntas” e deixar a ordem “mando-obedeço” para chegar até a ordem do “decidimos juntos e juntos fazemos” (Korol, 2016, p.150).

O que a autora nos ajuda a pensar é como essa nova organização do mundo, proposta pelas feministas, também exige outros parâmetros para a luta política, a partir das nossas experiências concretas e dos aportes das diferentes lutas nas quais as mulheres cotidianamente estão envolvidas. As elaborações teóricas do feminismo, em conexão com as suas práticas, nos fornecem as condições para imaginar um mundo novo, que valha a pena ser vivido e que abarque a diversidade de desejos e sonhos que nutrimos.

Essa caminhada exige que introjetemos novos valores ao mesmo tempo em que questionamos os valores em que estamos imersos diariamente. Nesse sentido, é preciso desafiar as hierarquias raciais e de gênero também nas organizações políticas e nos espaços de alianças. É preciso reconhecer a diversidade de experiência das próprias mulheres, suas diferentes cosmovisões, maneiras de se relacionar com o corpo, com a terra, com o tempo e com as nossas memórias.

É preciso também desmercantilizar as nossas relações sociais mais profundas, contribuindo para pensar relações libertárias de intimidade, amor, afetividade e sexualidade, contra os ditames do mercado e sua lógica patriarcal e heteronormativa. Essa é uma tarefa bastante complexa, já que o mercado tem uma influência monumental sobre os nossos valores e subjetividades. No entanto, o processo de questionamento deve estar sempre em movimento, se quisermos conectar as nossas demandas de transformação mais profundas com a nossa constituição como sujeitas/os.

Se os processos de despossessão estão em curso, ameaçando nossas

vidas, as formas de resistências estão sendo construídas cotidianamente, por mulheres e homens que sonham com um mundo organizado em torno dos valores da igualdade e liberdade. É a partir dessa luta que vamos superar a opressão e exploração. Juntas resistimos, juntas caminhamos e juntas venceremos!

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Sonia. A “globalização” dos feminismos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo

(orgs). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2000, p. 383-426.

ALVAREZ, Sonia. Neoliberalismos e as trajetórias dos feminismos latino-americanos. IN: MORENO, Renata (org.). *Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres*. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014b

ALVAREZ, Sonia. Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista. *Cadernos Pagu*, v. 43, jan/jun. 2014a, p.13-56.

BARRETO, V. “El <Paquete de Bali>: ¿un éxito para América Latina?”, Documento de Análisis, Nueva Sociedad, FES, Abril 2014. Disponible en: [http://nuso.org/media/documents/El\\_Paquete\\_de\\_Bali\\_un\\_%C3%A9xito\\_para\\_Am%C3%A9rica\\_Latina\\_Abril\\_2014.pdf](http://nuso.org/media/documents/El_Paquete_de_Bali_un_%C3%A9xito_para_Am%C3%A9rica_Latina_Abril_2014.pdf)

BARRETO, V. “¿Qué hay detrás de las negociaciones para la instalación de un Acuerdo sobre el Comercio de Servicios?” Documento de Trabajo para la Campana Regional contra el TISA de la Internacional de Servicios Públicos (ISP), FES, ISP, REDES-AT, TNI, Mayo 2016. Disponible en: [http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2016/06/Que\\_hay\\_detras\\_de\\_las\\_negociaciones\\_-\\_Tisa\\_REDES\\_ISP\\_TNI.pdf](http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2016/06/Que_hay_detras_de_las_negociaciones_-_Tisa_REDES_ISP_TNI.pdf)

BARRETO, V.; CARRAU, N. “Política de Inversiones en América Latina: el reinado del poder corporativo”, REDES-AT, TNI, Mayo 2015. Disponible en: [http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2015/05/Politica\\_Inversiones.pdf](http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2015/05/Politica_Inversiones.pdf)

BARRETO, V. y CARRAU, N. “El TISA, el TPP y la negociación de la vida y los derechos”, REDES-AT, Febrero 2016. Disponible en: <http://www.redes.org.uy/wp-content/uploads/2016/04/PublicacionTisaTPP1.pdf>

BROWN, Wendy. *Undoing the Demos: Neoliberalism’s Stealth Revolution*. New York: Zone Books, 2015.

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto; PANFICHI, Aldo. *A disputa pela Construção Democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

FEDERICI, Silva. O feminismo e as políticas do comum em uma era de acumulação primitiva. IN: MORENO, Renata (org.). Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

GHIOTTO, Luciana. América Latina y el poder corporativo: una crítica a los compromisos asumidos en materia de inversiones extranjeras. Ago, 2016. Disponível em <<http://nuso.org/articulo/america-latina-y-el-poder-corporativo/>> Acesso 10 fev. 2017. HARVEY, David. Breve historia del neoliberalismo. Madrid: Akal. 2007.

JEFFREYS, Sheila. The industrial vagina: the political economy of the global sex trade. Nova York: Routledge, 2009.

JORNADA CONTINENTAL. Revista da Jornada Continental Pela Democracia e Contra o Neoliberalismo. 2016.

KOROL, Claudia. Feminismos populares: las brujas necesarias en los tiempos de cólera. Nueva Sociedad, n.265, set.-out., 2016.

LEÓN, Magdalena. Alca: resistencias feministas y claves de integración alternativa. In: FARIA, Nalu; MORENO; Renata (orgs). Las mujeres contra el libre comércio: una história de resistencia y lucha. Rede Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía. São Paulo, nov. 2015. MONEDERO, Juan Carlos. La democracia agredida: populismo, posdemocracia y neoliberalismo. Nueva Sociedad, n.267, ene-feb, 2017.

MORENO, Renata. A economia na agenda política do feminismo. IN: MORENO, Renata (org.). Feminismo, economia e política: debates para construção da igualdade e autonomia das mulheres. São Paulo: SOF Sempre Viva Organização Feminista, 2014.

MORENO, Tica (Renata). sobre um golpe patriarcal televisionado. Abril, 2016 Disponível em <<https://marchamulheres.wordpress.com/2016/04/18/sobre-um-golpe-patriarcal-televisionado/>> Acesso 10 fev. 2017.

MUÑOZ; Lina Gálvez; RODRÍGUEZ-MODROÑO, Paula. Una crítica desde la economía feminista a la salida austericida de la crisis. ATLÁNTICAS – Revista Internacional de Estudios Feministas, 2016, v.1, n.1, p. 8-33.

PICCHIO, Antonella. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Faria. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo, SOF, 2012.

POULIN, Richard. Quinze teses sobre o capitalismo e o sistema mundial de prostituição. In: FARIA, Nalu; POULIN, Richard. Desafios do livre mercado para o feminismo. São Paulo: Cadernos Sempre Viva, Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

PULEO, Alicia H. Anjos do ecossistema? In: FARIA, Nalu; MORENO, Faria. Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia. São Paulo, SOF, 2012.

REDES-AT, Folleto Informativo “Agricultura y Libre Comercio: La liberalización de la agricultura en los Tratados de Libre Comercio”, REDES-AT, Octubre 2016. Disponible en: <http://www.redes.org.uy/2016/10/23/la-liberalizacion-de-la-agricultura-en-los-tratados-de-libre-comercio/>

REMTE. Las mujeres contra el libre comercio: una historia de resistencia y lucha. In: FARIA, Nalu; MORENO; Renata (orgs). Las mujeres contra el libre comercio: una história de resistencia y lucha. Rede Latinoamericana Mujeres Transformando la Economía. São Paulo, nov. 2015.

SCHILD, Veronica. Emancipation as Moral Regulation: Latin American Feminisms and Neoliberalism. *Hypatia* vol. 30, n. 3, Summer, 2015.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-systems analysis: an introduction*. Durham; London: Duke *University Press*, 2004.









Parceria



Apoio

